DIÁRIO OFFICIAL

ESTADOS UNIDOS DO BRAZIL

REPUBLICA FEDERAL

ORDEM E PROGRESSO

ANNO XL— 13^o DA REPUBLICA — N. 121

CAPITAL FEDERAL

SABBADO 25 DE MAIO DE 1901

SUMMARIO

ACTOS DO PODER EXECUTIVO :

Decreto n. 4.021, que rectifica decretos que menciona, considerando especiaes diversos creditos ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas.

SECRETARIAS DE ESTADO:

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Expediente de 22 do corrente da Directoria do Interior — Expediente de 23 do corrente da Directoria de Contabilidade — Policia do Distrito Federal.

Ministerio da Fazenda — Requerimento despachado pelo Sr. Ministro — Expediente de 23 do corrente da Directoria do Expediente do Tesouro Federal — Relatorio da Comm'issão de Tombamento de Proprios Nacionaes — Recebedoria.

Ministerio da Marinha — Expediente de 11 a 14 do corrente — Requerimentos despachados

Ministerio da Guerra — Expediente de 15 do corrente.

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas — Expediente de 23 do corrente da Directoria Geral de Contabilidade — Requerimentos despachados da Directoria Geral de Obras e Viação — Directoria Geral dos Correios.

NOTICIARIO.

RENDAS PUBLICAS — Rendimentos da Alfandega do Rio de Janeiro, da Recebedoria e da Recebedoria do Estado, de Minas na Capital Federal.

EDITAIS E AVISOS.

PARTI COMMERCIAL.

SOCIEDADES ANONYMAS — Acta da Companhia Engenho Central do Brazil — Acta da Companhia Sul Paulista de Navegação.

ANNUNCIOS.

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETO N. 4.021—DE 20 DE MAIO DE 1901

Rectifica os decretos abaixo mencionados no sentido de serem considerados especiaes os creditos por elles abertos ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas, para socorrer a população do norte flagellada pela secca

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, considerando que os creditos abertos ao Ministerio da Industria, Viação e Obras, para socorrer a população do norte flagellada pela secca, decorrem de uma autorização legislativa especial, qual o decreto n. 707, de 22 de outubro de 1900, decreta :

Artigo unico. Ficam rectificados, no sentido de serem aquelles creditos considerados especiaes, os decretos ns. 3.817 e 3.818, de 24 de outubro de 1900, 3.833 e 3.834, de 19 de novembro de 1900, 3.897, de 12 de janeiro e 3.956, de 12 de março de 1901.

Capital Federal, 20 de maio de 1901, 13^o da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

Alfredo Maia

SECRETARIAS DE ESTADO

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores

Expediente de 22 de maio de 1901

DIRECTORIA DO INTERIOR

Foram nomeados:

O engenheiro de minas Custodio da Silva Braga e o engenheiro civil Joaquim Furtado de Menezes para, interinamente, exercerem os logares de substituto das 5^a e 6^a secções da Escola de Minas;

Alvaro Martins da Silva para exercer o logar de amanuense da Escola Polytechnica do Rio de Janeiro.

— Foi demittido o engenheiro Pedro de Aquino Pinheiro do referido logar de amanuense.

— Autorizou-se o director da Escola Polytechnica, em resposta ao officio n. 70, de 8 do corrente mez, a despendar a quantia de 782\$ com a aquisição de objectos necessarios ao gabinete de machinas, constantes do citado officio, correndo a despeza pela consignação destinada a laboratorios e gabinetes, da verba n. 25 do orçamento vigente.

—Declarou-se:

Ao director da Faculdade de Medicina da Bahia, em referencia ao officio n. 225, de 14 do corrente, que foi aprovado o acto pelo qual nomeou um profissional para exercer interinamente o logar de sub-bibliothecario dessa faculdade, durante o impedimento do effectivo, ponderando-se que a nomeação de que se trata, mesmo interina, é da competencia do Governo.

Ao delegado fiscal do governo junto á Escola de Engenharia de Pernambuco, em resposta ao officio n.25, de 24 de abril ultimo, que, conforme o art. 8^o das disposições transitorias dos actuaes estatutos da Escola Polytechnica do Rio de Janeiro, o acrescimo da steriectomia, perspectiva e sombra, constituindo a geometria descriptiva applicada, não pôde ser exigido para os alumnos matriculados no 2^o, 3^o e 4^o annos da primeira das referidas escolas, ficando, assim, approvada a resposta que o mesmo delegado deu á consulta do director.

—Remetteram-se:

Ao director da Escola de Minas, para os fins convenientes, o decreto de 18 do corrente que nomeou o engenheiro José Januario Carneiro para o logar de lente da 1^a cadeira do 1^o anno do curso fundamental dessa escola;

Ao director da Faculdade de Direito de S. Pauló, para os fins convenientes, o decreto da mesma data que nomeou para o logar de lente da cadeira de direito commercial o substituto da 7^a secção Dr. Gabriel José Rodrigues de Rezende.

Directoria da Escola Polytechnica.—Rio de Janeiro, 4 de maio de 1901—N. 63.

Tenho a honra de submeter á alta consideração de V. Ex. o pedido dirigido a V.Ex.,

o qual foi approved, por unanimidade de votos, pela congregação, em sessão de ante-hontem, sob minha presidencia. Este facto consta da cópia authenticada junta ao presente officio e diz respeito ás alterações solicitadas em favor de alguns artigos do actual código dos institutos officiaes de ensino superior e secundario.

Saude e fraternidade—A' S. Ex. o Sr. Dr. Epitacio da Silva Pessoa, dignissimo Ministro da Justiça e Negocios Interiores.— Dr. José de Saldanha da Gama, director.

Rio de Janeiro, 2 de maio de 1901.

Exm. Sr. Ministro de Estado da Justiça e Negocios Interiores— A congregação da Escola Polytechnica vem respeitosamente representar perante V. Ex. contra algumas das disposições do código dos institutos officiaes de ensino superior e secundario que affectam os legitimos interesses do magisterio ou que lhe parecem trazer inconvenientes para o ensino.

A congregação examinará successiva e succintamente os artigos do código, objecto da presente representação, e procurará fundamentar as razões que a levam a impetrar a modificação das referidas disposições.

O art. 23 do código eliminou, e pelo n. 7 do art. 3^o foi transferido ao director de entre as attribuições que competiam á congregação a de « propor ao Governo, no caso de vaga ou quando ninguem se inscrever para o concurso, as pessoas que por sua idoneidade se acham em condições de exercer interinamente o magisterio»; os precedentes anteriores do código de 1892 demonstram, porém, a conveniencia de voltar esta attribuição á congregação, como ainda ser ella extensiva á hypothese prevista no art. 336, desde que a substituição não seja feita por membro do corpo docente.

O art. 31 alterou o art. 295 do código de 1892 e supprimiu as gratificações addicionaes de 50 % para os membros do magisterio que contarem 35 annos de serviço effectivo, e de 60 % para os que contarem 40 annos; exigiu tambem, para abonar a gratificação adicional de 40 %, além de 30 annos de serviço effectivo no magisterio, a publicação no ultimo quinquennio de obra considerada de assignalado merito, nos termos do art. 36, isto é, por dous terços da totalidade de membros da congregação.

Altamente preferido em seus vencimentos e regalias, quando comparadas as vantagens actuaes e anteriores do magisterio com as de outras classes, não parece justo agravar esta penosa situação eliminando aquellas gratificações e dificultando a obtenção da correspondente a 30 annos de effectivo serviço.

Incidem no mesmo defeito o art. 32, que, alterando os arts. 34 e 35 do código de 1892, exige que nos serviços geraes em 30 annos 20 sejam em magisterio, e em 40, 25, e o art. 34, que, modificando o art. 37 do código de 1892, restringe as faltas por molestia a 20 por anno, em vez de permittir este numero annual ou o de 60 por triennio. Este ultimo artigo deveria ter tambem incluido como ser.

viço effectivo o tempo de exercicio do cargo de Prefeito do Districto Federal; convido, outrossim, tornar claro — que o serviço effectivo — de que trata o presente artigo é aquelle a que igualmente se refere o § 20 do art. 31.

O art. 37 só consente a permuta de cadeiras na mesma secção; ora, tendo em vista as multiplas modificações que estas teem sofrido, deveria, em bem do ensino, ser permitido a troca de cadeiras, desde que houvesse vantagens real reconhecida pela congregação e que não fossem prejudicados os direitos dos substitutos respectivos, ou estivessem vagos taes logares, bem assim quando ficasse vaga alguma cadeira o igualmente o logar de substituto.

O art. 46 determina que assiste ao Governo a faculdade de reformar a sentença da congregação quanto ao membro do corpo docente accusado de ter faltado aos seus deveres; ou condemnando o accusado, quando a sentença for absolutoria, ou, no caso contrario, absolvendo-o, ou, finalmente, modificando a pena imposta.

A absolvição ou a commutação da pena pelo Governo, em grão de recurso, parece perfeitamente aceitavel; não assim a condemnação, quando tiver havido absolvição. que a congregação, julga attentatoria dos direitos dos lentes.

O art. 52 admite hypothese em que o preenchimento da vaga de substituto pôde-se effectuar sem ser por concurso; a congregação sempre pugnou e pensa que o preenchimento deve ser feito unicamente por concurso.

O art. 72 eliminou das provas de concurso para a vaga de substituto as theses, dissertação; estes trabalhos, quando mesmo não de valor excepcional ou original, constituam, em geral, valiosos trabalhos didacticos, e entre nós, que a bibliographia scientifica é tão reduzida, eram elles fonte de enriquecimento que não deveria ser destruido.

O art. 104 alterou o art. 65 do codigo de 1892, que dispunha ser proposto o concorrente mais votado na qualificação por ordem de merecimento e, portanto, permite ao Governo nomear um dos classificados nos dous primeiros logares.

Si o Governo receia que possa haver falta de idoneidade moral no candidato proposto, preferivel seria ficar dependente de sua intervenção o julgamento da habilitação para o concurso; acceta, porém, a idoneidade do candidato, sómente o merito scientifico deve prevalecer, e no julgamento deste deve caber exclusiva competencia à congregação.

O art. 152 estipula que os exames da primeira época comprehenderão sómente a materia explicada durante o anno lectivo, os da segunda abrangerão toda a materia do programma.

Não parece conveniente ao ensino esta differença no que é exigido para os exames de uma e outra época; além disto, ha certa contradicção entre o que ali é estatuido e o que dizem os arts. 141 e 142, por quanto o primeiro determina que os programmas deverão ser preenchidos até o dia do encerramento do curso e pelo segundo incumbem ao director providenciar para que os substitutos auxiliem em cursos complementares o preenchimento dos programmas das cadeiras cujos lentes não possuem fazel-os.

O art. 258 estabelece que os professores se empossarão perante o director; ora, membros do magisterio, como são elles, parece que a possa deveria se realizar em sessão de

congregação, na conformidade do disposto no art. 286 para os lentes e substitutos.

Quanto ao capitulo XXIII relativo á «Polícia academica», a congregação pensa que deve ser completamente eliminada a sua intervenção neste assumpto, competindo exclusivamente ao director e ao Governo a imposição das penas cominadas nos diversos artigos do referido capitulo.

A congregação, ao concluir a exposição dos motivos que a levam a representar contra algumas das disposições do codigo dos institutos officaes de ensino superior e secundario, folga em reconhecer que com a sua promulgação vae ser executada a medida que nas circumstancias actuaes mais concorrerá para elevar o nivel do ensino superior no paiz, como já contribuiu para o do ensino secundario no Gymnasio Nacional; e que consiste na redução, a uma só, das duas épocas de exames anteriormente existentes; a disposição do n. 4 do art. 151 que faculta aos alumnos matriculados reprovados na primeira época, apenas em uma das materias do anno prestar-novo exame na segunda época, traduzindo um favor para um caso muito restricto, não vem invalidar o alto valor daquela medida, na qual vê a congregação da Escola Polytechnica auspicioso augurio para o credito e para o progresso da instrução superior no Brazil,

Confiada na justiça da representação que offerreo ao esclarecido criterio de V. Ex., a Congregação da Escola Polytechnica espera favoravel despacho.

Gabinete do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores—Capital Federal, 22 de maio de 1901.

Com o officio n. 63, de 4 deste mez, remettestes por cópia a este Ministerio a representação da congregação dessa escola contra algumas disposições do actual codigo dos institutos officaes de ensino superior e secundario.

Em resposta declaro-vos que o Governo não pôde attender á dita representação, entre outros, pelos motivos que passo a expender, adoptando a ordem em que foram expostos os varios pontos articulados:

I

A representação não torna claros os inconvenientes da disposição que transferiu da congregação para o director a attribuição de propor ao Governo lentes interinos (art. 3º, n. 7).

Entretanto esta transferencia tem vantagens, entre as quaes não é de menor monta a simplicidade do processo e a preserção no preenchimento da vaga, o que se tornará da maior conveniencia quando houver prazos fataes para o desempenho do certos deveres (art. 134, 137, 138, paragrapho unico, 139 e 140).

Demais, cabendo ao Governo o direito de accetar ou não a proposta, sobre elle é que posará em ultima analyse a responsabilidade da nomeação, sendo, sob este ponto de vista, indifferente que a proposta parta da congregação ou do director.

II

A disposição do art. 31 do codigo é cópia do art. 3º, II, 2º e 3º da lei n. 746, de 29 de dezembro ultimo.

Esta disposição contém uma providencia salutar e funda-se em valiosos motivos de ordem publica.

III

O art. 32 contém igualmente uma disposição da lei n. 746.

Não parece descabido exigir-se de um funcionario, que se quer jubiliar como professor com 30 annos de serviço, que elle tenha menos 20 annos de magisterio.

Injustificavel, sim, seria conceder a aposentadoria neste caso, aposentadoria que encerra vantagens superiores a de todos os outros funcionarios administrativos da Republica (vide art. 33 do codigo) a quem houvesse passado a maior parte daquelle tempo no exercicio de funcções estranhas ao magisterio, ás mais das vezes commodas e rendosas. A redução das faltas computaveis para a jubilação, de 60 por triennio a 20 por anno, teve em vista cercear abusos que já se iam generalizando.

Por ultimo, sendo hoje de nomeação do Poder Executivo o Prefeito do Districto Federal, não havia razão para que se contasse como serviço effectivo do magisterio o tempo de exercicio desse cargo, e não se procedesse do mesmo modo em relação aos prefeitos nomeados ou eleitos nas sedes das outras faculdades ou mesmo em relação a quaesquer outras commissões de ordem administrativa dependentes de nomeação do Governo, consequencia a que certamente não pretende chegar a congregação dessa escola.

IV

A disposição do art. 37 é uma consequencia logica do art. 52. Si as cadeiras só podem ser preenchidas por concursos, e si o concurso é restricto ás materias da secção, transferir um lente de uma secção para outra seria incumbir da regencia de uma cadeira quem não dera provas de competencia nella. Tanto valeria nomear um estranho independente de concurso. Si actualmente existem lentes que prestaram concurso sobre materias de mais de uma secção, isso poderia quando muito ser objecto de uma concessão transitoria, mas não figurar no codigo como regimen normal.

V

O art. 46 nada mais fez do que dizer com precisão e clareza o que já era doutrina firmada pelos precedentes e pela interpretação authentica do codigo e dos regulamentos anteriores. E' de notar que aos reclamantes pareça perfeitamente aceitavel o recurso no caso de condemnação do lente, e não assim quando a sentença da congregação é absolutoria, que neste ultimo caso o recurso seja attentatorio dos direitos do corpo docente e não o seja no primeiro. Um tal criterio salvaguarda o interesse individual do lente ou mesmo o interesse da classe, mas sacrifica os interesses muito mais graves da collectividade. Contra uma sentença condemnatoria injusta tem o professor as melhores garantias na estima dos seus pares e no espirito de classe, a cuja influencia, nesse particular, nem sempre podem escapar as decisões das congregações; contra uma sentença absolutoria que não se firme nem na justiça nem na lei, deve ter a sociedade tambem o seu recurso, pois a ella é que interessa directamente o ensino e, portanto, a regularidade com que elle é ministrado e a respeitabilidade das corporações docentes.

VI

A disposição do art. 32 do codigo, permitindo que seja nomeado substituto, inde-

pendente do concurso, o autor de obras de as iguaes merito, e para o provimento dos cargos docentes uma garantia não inferior ao concurso e por vez a mais segura do que este. O exito de um concurso depende não raro de qualidades superficiaes, de dotes que impressionam, mas que nem sempre revelam o verdadeiro saber, e até da felicidade do candidato no sorteio dos pontos; a congregação escolhe o concurrente por simples maioria de votos dos seus membros presentes. No processo do qual pelo art. 52, o candidato deve ter publico obras que, sujeitas ao exame da congregação, sejam por dous terços de votos da totalidade dos seus membros julgadas como reveladoras de sufficiente preparo theorico e pratico em todas as materias da secção, e neste caso a congregação deverá submeter o seu voto motivado á decisão do Governo, que ainda o poderá recusar. Tão vigorosas condições devem tranquilizar os apologistas do concurso.

VII

A prova de these e dissertação, abolida pelo art. 72, nunca foi um elemento seguro para a apuração da capacidade scientifica do candidato. Facil era mandar escrever por outrem essa dissertação, recurso utilizado com mais frequencia do que se pôde suppor. O objectivo principal do concurso é facilitar ao poder publico a escolha de bons mestres, e para isso nada pôde concorrer uma prova fallivel e suspita. Não seria razoavel que ella fosse mantida, apesar da perda de tempo e da sobrecarga inutil para os candidatos, unicamente com o fim de favorecer o enriquecimento da nossa bibliographia scientifica, que pôde ser obtido por tantos outros meios.

VIII

Não é somente o merito scientifico que deve prevalecer na escolha de um professor. Ha outras condições de ordem moral que escapam á competencia das congregações e que, entretanto, não podem deixar de influir nessa escolha. Foi attendendo a isto e aos desacertos não muito raros a que dera lugar a disposição do codigo de 1892, que o codigo vigente reivindicou para o Governo o direito de collaborar na nomeação dos substitutos e professores, exigindo que a congregação submetta á escolha deste os candidatos classificados nos dous primeiros lugares. Por este processo a congregação mantém integral a sua autonomia na verificação da competencia scientifica dos candidatos; mas retira-se-lhe o privilegio, que não pôde ter, de fazer ella propria a nomeação (pois tanto importava a prerogativa que lhe era concedida) quando ao criterio do Governo, que é o primeiro responsavel pelo ensino na Republica, podem existir motivos de alta monta que incompatibilizam para o magisterio o concurrente classificado em primeiro lugar. Todavia, para evitar o abuso opposto, restringiu-se o direito de escolha do Poder Executivo aos candidatos classificados nos dous primeiros lugares. Conciliaram-se assim as prerogativas da congregação e as responsabilidades do poder publico.

IX

Não ha contradicção entre os arts. 152, 141 e 142. Os programmaes devem ser preenchidos até o dia do encerramento do curso, diz o art. 141. Circunstancias, todavia, podem occorrer que tornem impossivel a obediencia á disposicão de que se trata; os exemplos são os que se dão, por exemplo, no art. 152. Os exames da primeira época comprehenderão somente a materia explicada durante o anno

lectivo. Assim, si o programma foi preenchido, o exame do alumno matriculado versará sobre todo elle; no cas contrario, sómente sobre a parte que foi explicada.

Quanto á differença entre o exame do matriculado e o do não matriculado, ella obedece a um principio de equidade e de justiça. De um lado não seria justo que o professor exigisse do alumno conhecimentos que lhe não ministrara. De outro, o mestre que acompanhou os progressos do discipulo, que lhe conheceu a intelligencia e o aproveitamento pelas provas repetidas a que o submetteu durante o anno, pôde avaliar das suas habilitações com um exame menos rigoroso e mais restricto do que tratava-se de um examinando a quem vê pela primeira vez, cujas aptidões é cujo valor não tem razão de conhecer.

X

Os professores são, sem duvida, membros do magisterio, mas de categoria inferior aos lentes e substitutos, como se deprehende de varias disposições da legislação do ensino, quer da actual, quer da anterior. Nada de estranhavel, pois, ha em que a sua posse não seja revestida da mesma solemnidade que a daquelles.

XI

Finalmente, o Governo manteve a intervenção da congregação na applicação das penas de que trata o Cap. XXIII doCodigo, por entender que assim rodeava de maior garantia o direito dos alumnos.

Pelas razões expostas não julga o Governo procedente a representação dos lentes dessa escola. Todavia, tratando-se de assumpto que affecta a competencia do Poder Legislativo, communico-vos que nesta data transmitto, por cópia, a dita representação ao Congresso Nacional, para que a tome na consideração que lhe merecer.

Saude e fraternidade.—*Epitacio Pessoa*—
Sr. director da Escola Polytechnica do Rio de Janeiro.

Requerimento despachado

Jefferson Firmino Ribeiro, allegando ter os preparativos para a matricula na Faculdade de Medicina da Bahia, a qual não pôde effectuar na época propria, e pedindo ser agora admittido á referida matricula. — Indefido, a matricula já está encerrada, o requerente tem o direito de prestar exame na 2ª época.

Expediente de 23 de maio de 1901

DIRECTORIA DE CONTABILIDADE

Solicitaram-se ao Ministerio da Fazenda os seguintes pagamentos:

De 1:217\$127, de fornecimentos e publicações para o Museu Nacional;

De 1:430\$, de fornecimentos ao Instituto Serotherapico Federal;

De 250\$, de ajuda de custo dos Deputados Antonio Gonçalves Chaves e Feliciano Augusto de Oliveira Penna.

—Communicou-se ao dito ministerio que, por acta de 18 do mez corrente, foi reformado o regulamento por elle em applicação do 2º diarios, a praça da brigada policial José Gallino Pereira de Lucena.

POLICIA DO DISTRICTO FEDERAL

Por acto de 23 do corrente, foram transferidos os inspectores seccionaes Carlos Antonio Pereira de Macedo da 3ª circumscripção urbana para a 10ª e Mario Ribeiro de Almeida desta para aquella.

Ministerio da Fazenda

Requerimento despachado

Pelo Sr. Ministro :

Processo de liquidação do tempo de serviço publico do director do Tribunal de Contas Joaquim Alonso Moreira de Almeida, aposentado por decreto de 14 de maio de 1901.—Expeça-se o titulo.

Directoria do Expediente do Thesouro Federal

1 Dia 23 de maio de 1901

Expediente do Sr. director :

Ao secretario do Interior e Justiça do Estado do Rio de Janeiro :

N. 16—Na conformidade do despacho do Sr. Ministro, de 18 do corrente mez, cabe-me communicar-vos, em resposta ao vosso officio n. 76, de 17 do mesmo mez, que não pôde ser autorizada a isenção de direitos, que solicitastes, para 40 cavallos procedentes do Rio da Prata e destinados ao regimento policial desse Estado, visto não haver disposição na tarifa das Alfandegas que autorize tal isenção.

—Ao exactor das rendas federaes do municipio de Petropolis :

N. 17—Em resposta ao vosso officio de 25 de maio do anno passado, interpondo recurso do acto pelo qual deixastes, por equidade, de impor a Guilherme Link, negociante estabelecido nessa cidade, multa por infracção do art. 2º do regulamento anexo ao decreto n. 3.622, de 26 de março ultimo, conforme auto lavrado pelo fiscal de impostos de consumo Alipio Carlos Cardoso, declaro-vos, para os devidos fins, que o Sr. Ministro, por despacho de 18 de abril proximo findo, proferido de accordo com o parecer emitido pela maioria do Conselho de Fazenda em sessão de 16 desse mesmo mez, resolveu dar provimento ao alludido recurso a fim de ser imposta a multa regulamentar ao dito negociante, a quem deveis facultar o recurso legal, visto não terdes competencia para decidir por equidade.

—Ao collecter das rendas federaes no municipio da Parahyba do Sul :

N. 18—Tendo o director das Rendas Publicas recorrido *ex-officio* da decisão que proferiu, dando provimento, por equidade, ao recurso encaminhado com o vosso officio de 20 de fevereiro ultimo e interposto por João Gomes de Almeida do acto pelo qual essa collectoria, á vista do auto de infracção, lavrado pelo respectivo fiscal de impostos de consumo, lhe impoz a multa de que trata o art. 27, letra a, do regulamento approvedo pelo decreto n. 3.622, de 26 do março do anno passado, declaro-vos, para os fins convenientes, que o Sr. Ministro, por despacho de 22 de abril proximo findo, proferido na conformidade do parecer emitido pelo Conselho de Fazenda em sessão de 2 desse mesmo mez, resolveu negar provimento ao recurso daquella directoria, para o fim de ser sustentada a sua decisão.

— A' Delegacia Fiscal no Espirito Santo.

N. 20—Declaro-vos, para os devidos effectos, que o Sr. Ministro, tendo presente o recurso encaminhado com o officio da Alfandega desse Estado, n. 12, de 25 de fevereiro de 1898 e interposto pela Companhia Lloyd Brasileiro do acto da mesma alfandega, impondo ao commandante do paquete nacional *Mandos* a multa de 1:500\$, nos termos do art. 44, ultima parte, do regulamento anexo ao decreto n. 2.304, de 2 de julho de 1896, por haver conduzido desta Capital para esse porto, em janeiro do dito anno de 1898, 150 fardos de carne secca, marca J (genero estrangeiro já despachado para consumo) sem a competente carta de guia, resolveu, por despacho de 17 do corrente, de accordo com o parecer emitido pela maioria do Conselho de Fazenda em sessão de 7 do mesmo mez, negar provimento ao recurso, porquanto, estando provado não ter sido a repartição expedidora culpada da falta de remessa daquelle documento, foi legalmente imposta a multa em questão.

— A' Delegacia Fiscal em Santa Catharina :

N. 24—Em resposta ao vosso officio n. 27, de 11 de abril ultimo, encaminhando o requerimento em que Asseburgt & Willerding, negociantes estabelecidos na cidade de Itajahy, nesse Estado, pedem restituição da quantia de 3:025\$380, proveniente de direitos que allegam haver de mais pago na respectiva Mesa de Rendas, sobre 151.269 kilos de xarope importado de Montevidéo, durante os annos de 1897 e 1898, declaro-vos, para os devidos fins e de accordo com o despacho do Sr. Ministro, de 24 de abril proximo findo, que o pedido em questão deve ser feito á repartição que arrecadou os mesmos direitos e de cuja decisão poderão os peticionarios recorrer, na fórma da lei.

N. 25—De ordem do Sr. Ministro, remetto-vos o titulo de nacionalização do patacho *Emilie*, ex-*Conde*, expedido de accordo com os papeis que vieram annexos ao vosso officio n. 15, de 23 de fevereiro ultimo, afim de ser entregue por essa delegacia a quem de direito, depois de cobrado o respectivo sello, na importancia de 20\$000.

— A' Delegacia Fiscal na Parahyba:

N. 26—Communico-vos, para os devidos fins, que o Sr. Ministro, attendendo a que no concurso que se realizou nessa delegacia, em virtude da ordem n. 6, de 13 de dezembro do anno passado, para provimento dos logares de fazenda, do 2º entrancia, foram observadas as disposições do decreto n. 1.651, de 13 de janeiro de 1894, conforme se vê dos papeis que acompanharam o vosso officio n. 2, de 22 de abril ultimo, resolveu, por despacho de 20 do corrente mez, approvar o mesmo concurso, ficando mantida a classificação dada pela respectiva comissão examinadora aos candidatos João Cavalcanti de Albuquerque Vasconcellos e Epaninondas de Souza Gouvêa, 2ºs escripturarios da Alfandega desse Estado.

— A' Delegacia Fiscal nas Alagoas:

N. 26—Respondendo ao vosso officio n. 6, de 1 de fevereiro ultimo, com o qual encaminhastes o requerimento em que o 4º escripturario da Alfandega dessa Capital Antonio Fileto de Sampaio Marques pede ser submettido ao exame das materias de que trata o § 4º, n. 1, do art. 41 da Consolidação das Leis das Alfandegas e Mesas de Rendas, declaro-vos, para os devidos fins e de accordo com o despacho do Sr. Ministro, de 20 de abril proximo findo, que o requerente, á vista do disposto no art. 27 do decreto n. 1.651,

de 13 de janeiro de 1894, pôde ser admittido ao dito exame, independente de licença, quando for aberto concurso para preenchimento de logares de 1ª entrancia.

— A' Delegacia Fiscal no Amazonas:

N. 29—Declaro-vos, para os devidos effectos, que o Sr. Ministro, attendendo ao que expoz a Directoria do Serviço de Estatística Commercial, em officio n. 89, de 27 de abril proximo findo, resolveu, por despacho de 18 do corrente mez, mandar recomendar á alfandega desse Estado que remetta áquella directoria os mapps do movimento marítimo desse porto, durante os mezes de março ultimo em deante.

— A' Delegacia Fiscal na Bahia:

N. 36—Declaro-vos, para os devidos effectos, que o Sr. Ministro, attendendo ao pedido feito por Manoel de Souza Machado, proprietario da usina de assucar « Capimirim » nesse Estado, no requerimento encaminhado com o vosso officio n. 26, de 20 do mez proximo findo, resolveu, por despacho de 20 do corrente, autorizar-vos a permitir, nos termos do art. 2º, § 36 e art. 5º das Disposições Preliminares da Tarifa e art. 22 da lei n. 741, de 22 de dez embro do anno passado, o despacho, livre de direitos, do material constante da inclusa relação, importado directamente pelo requerente para os trabalhos daquelle usina.

— A' Delegacia Fiscal no Pará:

N. 40—Declaro-vos, para os devidos effectos, que o Sr. Ministro, attendendo ao que expoz a Directoria do Serviço de Estatística Commercial, em officio n. 89, de 27 de abril proximo findo, resolveu, por despacho de 18 do corrente mez, mandar recomendar á alfandega desse Estado que remetta áquella directoria os mapps do movimento marítimo desse porto, durante os mezes de março ultimo em deante.

— A' Delegacia Fiscal no Maranhão:

N. 43—De accordo com o despacho do Sr. Ministro, de 22 de abril proximo findo, e em solução á consulta feita em vosso officio n. 12, de 30 de janeiro deste anno, declaro-vos que a disposição do art. 15 da lei n. 741, de 26 de dezembro ultimo, não revogou o decreto n. 589, de 12 de agosto de 1899, e que as agencias de bancos nacionaes de depositos que negociarem em cambiaes com o publico estão, como estes, isentas da obrigação do deposito de que trata o citado artigo.

— A' Delegacia Fiscal em Pernambuco:

N. 80—Respondendo ao vosso officio n. 43, de 28 de fevereiro ultimo, com o qual transmitistes o requerimento em que Borstelman & Comp. recorrem do acto pelo qual a inspectoría da Alfandega desse Estado, baseando-se na 3ª parte do art. 49º da Consolidação das Leis das Alfandegas, impoz ao commandante do vapor allemão *San Nicolas*, de que são os recorrentes consignatarios, a multa de 360\$, correspondente ao triplo do valor provavel da mercadoria subtrahida de uma caixa vinda de Hamburgo no dito vapor e submettida a despacho pela nota de importação n. 1.235, de 12 de setembro do anno passado, declaro-vos, para os fins convenientes, que o Sr. Ministro, por despacho de 18 de abril proximo findo, proferido na conformidade do parecer emitido pelo Conselho de Fazenda em sessão de 16 do mesmo mez, resolveu deixar de tomar conhecimento do alludido recurso por dever ser interposto para essa delegacia, nos termos do art. 37 do decreto n. 2.807, de 31 de janeiro de 1898.

N. 81—De ordem do Sr. Ministro, remetto-vos o titulo de nacionalização do palha-bota *Eclipse*, expedido á vista dos documentos que acompanharam vosso officio n. 46, de 15 de março proximo passado, afim de ser entregue por essa delegacia a quem de direito, depois de cobrado o respectivo sello na importancia de 20\$000.

N. 82—Remetto-vos, para os fins convenientes, a inclusa portaria de 16 do corrente, concedendo dous mezes de licença com vencimento na fórma da lei, ao 4º escripturario da Alfandega desse Estado João Honorato Pereira Leal, para tratar de sua saude onde lhe convier.

—Ao inspector da Alfandega do Rio de Janeiro :

N. 125—Communico-vos, para os devidos effectos, que o Sr. Ministro, tendo presente o requerimento encaminhado com o vosso officio n. 214, de 27 de março ultimo e no qual C. Abranches & Comp. pediram a restituição, que lhes foi negada por essa repartição, dos direitos por elles pagos em relação a nove caixas de marca JC&C, vindas de Lisboa no vapor francez *Cordoba*, despachadas sobre agua pela nota n. 2.109, de novembro do anno passado, contendo figos seccos que, por se acharem deteriorados, foram inutilizados resolveu por despacho de 1 do corrente, de accordo com o parecer emitido pelo Conselho de Fazenda em sessão de 7 do mesmo mez, autorizar-vos a effectuar a restituição pedida, á vista do que dispõe terminantemente o art. 538, da Nova Consolidação das Leis das Alfandegas e Mesas de Rendas.

N. 126—Communico-vos, para os devidos fins, que o Sr. Ministro, por despacho de 21 do corrente, resolveu conceder o desalfandegamento do trapiche Mauá, conforme pediu a Companhia União de Trapiches, no requerimento encaminhado com o vosso officio n. 254, de 20 deste mesmo mez.

RECEBEDORIA DA CAPITAL FEDERAL

Expediente de 24 de maio de 1901

Auto de infracção

Espolio de Manoel da Silva Mattos—Multado o espolio a cargo do Consulado Portuguez em 500\$, minimo do art. 27, lettra E do regulamento n. 3.622, de 26 de março de 1900.

Requerimentos despachados

Francisco de Paula Gallo.— Processem-se as inclusas guias, de accordo com a parte final do segundo parecer.

Gomes A. Jesuino.— Transfira-se.

Agostinho Antomiaco.— Idem.

Almeida & Mendes.— Idem.

Companhia Industrial Universal.— Inscrovo-se, cobrando-se o sello devido.

Dra. Glafina de Araujo Barros.— Elimine-se do lançamento do corrente exercicio.

Severino Vieira de Figueiredo.— Transfira-se.

Manoel Antonio de Senna.— Idem.

Marques Fontes & Irmão.— Idem.

Vittorio Migliora.— Idem.

Monteiro & Paiva.— Idem.

Antonio Monteiro.— Idem.

Joaquim Martins Gamenho.— Averbese a mudança.

Domingos Domingues Bancie.— Idem.

Annexos do relatório dos trabalhos da Comissão do Tombamento dos Proprios Nacionaes

(Continuado do n. 419)

Sob as bases expostas poderão ser feitas as medições e demarcações dos terrenos aforados ou arrendados na Fazenda de Santa Cruz, e que permittirá conhecer-se dentro de algum tempo a porção do terreno desse proprio, livre de contracto, ficando convenientemente discriminados os que estão aforados ou arrendados.

As informações regulamentares prestadas pelos engenheiros que terão de percorrer a mesma Fazenda, procedendo a medições requeridas, permittirão conhecerem-se as condições em que se acham as terras desocupadas ou occupadas por intrusos quanto à sua posição e valor, não com a precisão necessaria de tola a Fazenda, mas com elementos, a vista dos quaes poderá o Governo providenciar sobre a sua alienação, sem proceder previamente ao levantamento de uma planta completa da Fazenda de Santa Cruz, que só poderá ser feita mediante adiantamento de quantia consideravel.

Quanto ás terras occupadas por intrusos já tivemos occasião de dizer neste relatório o que convem fazer sobre elles em geral, tratando dos providencias que devem ser adoptadas sobre proprios nacionaes invalidos por intrusos nos Estados, e lembramos que o Governo convem obter autorisação legislativa para vendel-os, arrendal-os ou aforal-os, aos proprios intrusos que tenham bnficiarias. As razões em que nos fundámos para propor essa medida tem applicação ás terras da Fazenda de Santa Cruz.

Tratando-se de trabalhos relativos à medição de terrenos da alludida Fazenda, convém mencionar especialmente os terrenos adjacentes ao povoado do Curato de Santa Cruz, que são aforados em virtude do art. 19 do decreto n. 618, de 23 de outubro de 1891, lei n. 559, de 31 de dezembro de 1898.

Para regularidade do serviço de aforamento de terrenos situados no alludido terreno, resolveu o Ministerio da Fazenda por despacho de 30 de julho de 1896, mandar proceder ao levantamento da planta a que se refere o art. 5º das instruções de 30 de outubro de 1891, de accordo com as quaes é o mesmo terreno dividido em lotes e aforados. Esta planta que está quasi prompta, segundo informação do engenheiro da 1ª secção da Fazenda de Santa Cruz, a cargo de quem se acha esse trabalho, é elemento indispensavel para que as concessões de aforamento possam ser feitas com regularidade e não venham no futuro suscitar duvidas que criem embaraços à Administração Publica ou ao foreiro e especialmente ao desenvolvimento do povoado de Santa Cruz, cujo traçado de ruas ficaria subordinado a concessões de aforamentos resultantes da transformação de arrendatarios em foreiros, feita pelo art. 10 da lei n. 360, de 30 de dezembro de 1895, si os titulos desses foreiros fossem expedidos sem se attender ao conveniente arruamento do mesmo povoado.

Não tendo o Engenheiro encarregado desse trabalho outra retribuição senão os emolumentos estabelecidos pelo § 1º do art. 8º do citado decreto de 23 de outubro de 1891, autorizou o Ministro da Fazenda a superintendencia da Fazenda de Santa Cruz a prestar ao mesmo Engenheiro o auxilio possivel com o seu pessoal.

Achando-se, como dissemos, quasi prompta a planta de que se trata, e muitos pelidos de aforamentos já processados, cujos titulos para serem expedidos esperam a apresentação da mesma planta para que os lotes de terrenos aforados fiquem de accordo com ella, é necessario providenciar-se no sentido de serem abertos livros de assentamento para os terrenos de que se trata.

Quanto ao trabalho de demarcação dos lotes aforados deve continuar a cargo do Engenheiro que está procedendo ao levantamento da planta geral do terreno, ao qual deverão ser pagos os emolumentos a que fica obrigado cada foreiro, na fórma dos §§ 2º e 3º do citado art. 8º do Decreto n. 613 de 23 de outubro de 1891.

Quanto à exposição dos titulos de aforamento dos terrenos adjacentes ao Curato de Santa Cruz de que se trata, que em virtude do disposto no § 5º do art. 6º do mesmo Decreto foram expedidos pelo Administrador da Recebedoria, enquanto a administração da Fazenda de Santa Cruz esteve a cargo daquella repartição, e depois pela Directoria das Rendas Publicas, não ha razão para não serem, como todos outros titulos de aforamento de proprios nacionaes, situados na Capital Federal ou no Estado do Rio de Janeiro, depois do competente termo assignado na directoria do Contencioso, expedidos pela do expediente e inspecção de Fazenda, e assignados pelo Ministro da Fazenda.

Neste sentido convem modificar o processo até aqui seguido no aforamento de terrenos situados na area a que se refere o art. 19 do Decreto n. 613 de 23 de outubro de 1891.

As concessões de licenças para transferencias de terrenos aforados da Fazenda de Santa Cruz de que se trata, que pelo citado Decreto de 1891 cabe à Superintendencia da mesma Fazenda

desde que o archivo que hoje alli se acha, seja removido, como convem, para o Thesouro Federal, serão concedidas do mesmo modo que as licenças de outros terrenos, nas mesmas condições pelo Ministro da Fazenda sendo expedidos pela Directoria das Rendas Publicas.

Assim cessará o inconveniente de serem feitos essas transferencias sem que os termos que devem ser assignados antes das mesmas sejam lavrados em uma Repartição onde não ha quem tenha os conhecimentos de direitos necessarios para presidir a taes actos.

Os predios nacionaes existentes na Fazenda de Santa Cruz estão, como se vê pelo quadro n. 2 quasi todos occupados com serviços do Ministerio da Guerra; poucos estão occupados com serviços da superintendencia e alguns, de pequeno valor, alugados.

A alludida superintendencia tem de tratar da conservação dos predios que estiverem applicados em serviços do Ministerio da Fazenda ou desoccupados.

Alem de serem poucos os predios n'estas condições, acham-se tão proximos da Capital Federal (a menos de duas horas de viagem) que a inspecção sobre elles pôde ser exercida pela repartição da mesma Capital encarregada da administração dos proprios federaes a cargo do Ministerio da Fazenda em condições quasi identicas á em que é exercida sobre os proprios situados na mesma Capital.

Do que ficou exposto conclue-se que os serviços concernentes à administração da Fazenda de Santa Cruz até aqui examinados podem ser feitos sem intervenção da superintendencia alli existente, mediante providencias de facil execução, com a vantagem de serem feitos pelo Thesouro Federal com muito mais propriedade o serviço hoje feito pela mesma Superintendencia.

Acha-se a cargo da superintendencia da Fazenda de Santa Cruz a arrecadação da renda de foros, laudemios, arrendamentos de terrenos ou de predios.

Esse serviço pôde ser feito pela repartição que tiver a seu cargo o serviço do tombamento dos proprios federaes e pela Recebedoria da Capital Federal.

Para esse fim é necessario a seguinte providencia: organizar-se uma relação nominal, por ordem alphabetica, de todos os foreiros, outra de todos os arrendatarios de terras e outra de predios da mesma Fazenda com indicação do foro ou arrendamento que paga cada terreno, a qual será remittida à Recebedoria, que providenciará sobre a sua cobrança, como faz em relação a outros foros ou arrendamentos.

Poderá ter a Recebedoria um cobrador especialmente encarregado dessa cobrança como tem a superintendencia da Fazenda de Santa Cruz, ou encarregar desse serviço os cobradores existentes, do modo que for mais conveniente ao seu expediente.

Com o processo de cobrança assim estabelecido nem ao menos torna-se, em regra, mais difficil aos contribuintes fazer os seus pagamentos, porque, com excepção dos habitantes das proximidades do Curato de Santa Cruz, os foreiros do terras daquella Fazenda estão tão distantes da Superintendencia que lhes é tão facil e muitas vezes mais facil vir a Capital Federal do que à mesma superintendencia. Acresce que para attender-se à comodidade dos contribuintes pôde o serviço de cobrança ser melhorado, dividindo-se a parte da Fazenda de Santa Cruz, situada no Estado do Rio de Janeiro em diversas circumscripções e remittendo-se a relação dos foreiros ou arrendatarios de cada uma d'ellas à Collectoria mais proxima para proceder à respectiva cobrança, de conformidade com os arts. 130 a 133 das Instruções de 20 de fevereiro de 1897 para arrecadação das rendas federaes pelas collectorias do referido Estado; ficando, assim, a Recebedoria encarregada sómente da cobrança correspondente a foreiros ou arrendatarios de terrenos, situados no Districto Federal.

Quanto aos laudemios poderão ser cobrados pela Recebedoria quando relativos a terrenos situados no Districto Federal e pela Collectoria do Municipio correspondente a cada uma das outras circumscripções, quando se tratar de terrenos situados no Estado do Rio de Janeiro, como preceituam as citadas instruções art. 1º, letra c; ou, o que nos parece mais conveniente, todos pela Recebedoria, uma vez que a licença terá sempre de ser expedida pelo Thesouro Federal.

A arrecadação da renda proveniente de aluguel dos campos da fazenda de Santa Cruz para pastagem de gado, a conservação dos mesmos campos e a guarda de algum gado alli existente pertencente à Nação, constituem serviço que exige a permanencia naquella fazenda de pessoal a elle destinado e, pelo o que vimos, é o unico serviço nessas condições.

Para completar os elementos que servirão de base à administração da fazenda de que se trata, vamos expor as condições em que se acham seus campos de pastagem, o seu valor e a applicação que se lhes pôde dar.

Já tivemos occasião de notar neste relatório a existencia nos campos da fazenda de Santa Cruz de vallas e outras obras destinadas a minorar os prejuizos que aos mesmos campos causam as inundações. A limpeza das alludidas vallas, ne-

cessaria para a conservação dos pastos já era ordenada em um dos artigos das instruções de 1808, para a administração deste proprio.

Desde que, com a extinção do uso-fructo do proprio nacional de que se trata, que tinha a casa imperial, tomou o Governo conta da fazenda de Santa Cruz, tem a superintendencia respectiva feito diversas reclamações no sentido de se proceder á limpeza das mesmas vallas, cujo mau estado impede o escoamento das aguas, fazendo-as permanecer por muito tempo sobre os campos com prejuizo das pastagens que vão assim perdendo o seu valor.

Sobre o estado dos alludidos campos exprime-se o engenheiro da 1ª secção da fazenda de Santa Cruz, no seu já citado trabalho sobre este proprio, nos termos seguintes: «Os campos de S. Miguel, S. Paulo, Maranhão estão completamente alagados durante o anno inteiro e os campos de Santo Agostinho e Prainha soffrem muito durante as inundações, e os campos de Roma, S. Luiz, S. José, S. Marcos e Jacarehy tambem participam do effeito das inundações, tudo devido á completa obstrução dos rios Itaguahy, Guandú e canal de S. Francisco, principalmente; já não tratando das vallas do Cabuçú, canal do Itú e valla de Santa Luzia que são succursaes desses rios.»

Nos campos de que se trata são necessarias cercas e pontes que facilitem a passagem do gado de um para outro campo, quando se torne necessario.

Em 1895 organizou o mesmo engenheiro da 1ª secção da fazenda de Santa Cruz, orçamento para a construção das cercas, pontes e reparos de predios da fazenda, e pediu o Ministerio da Fazenda ao Congresso Nacional o necessario credito para essa despeza, orçada em 71:032\$066.

Propoz tambem aquelle engenheiro a organização de uma turma de trabalhadores para tratar da desobstrução da valla de S. Francisco, como meio de facilitar o escoamento das aguas que inundam os campos, orçando a despeza annual correspondente em 25:920\$000.

Por falta de credito não foram tomadas as providencias indicadas sobre desobstrução de vallas e construção de cercas e pontes, que tornam-se cada vez mais necessarias.

No alludido trabalho estima o referido engenheiro em quantia nunca inferior a 40:000\$000 a despeza que annualmente deve ser feita para a conservação dos campos, e lembra, além da necessidade de construção de pontes e desobstrução de vallas a construção de um curral em cada campo.

Julga aquelle engenheiro que dotados dos melhoramentos de que carecem os campos de Santa Cruz terão valor superior a tres mil contos de réis. No estado, porém, em que se acham, estima o mesmo engenheiro o seu valor em novecentos e vinte contos de réis, como se vê pelo quadro n. 1, e avalia em setenta contos de réis o que poderá obter annualmente pelo arrendamento dos campos denominados S. Marcos, Jacarehy, Maranhão, S. Paulo, S. Miguel, S. José, S. Luiz, Roma, Prainha e S. Agostinho, obrigando-se o arrendatario a fazer as obras necessarias.

Dos mencionados campos os dois primeiros estão entregues ao Ministerio da Guerra para serviço a seu cargo e o preço do seu arrendamento é estimado em seis contos de réis.

Assim, pela avaliação a que estamos nos referindo os campos que estão a cargo Ministerio da Fazenda e são alugados para pastagens podem arrendados produzir a renda annual de cincoenta e quatro contos de réis, sem computar nessa renda o que pôde produzir o campo denominado do Fructuoso, cujo valor é estimado em dez contos de réis, mas cuja renda não foi estimada.

Comparada essa renda com a renda bruta média de pastagens correspondentes aos nove annos de 1890 a 1898, que é de 30:332\$094, vê-se que haverá grande vantagem para a Fazenda Publica desde que se possa obter pelo arrendamento o preço em que ficou estimado. Convindo notar que não se pôde reputar propriamente renda a que se tem cobrado de pastagens sem cuidar da conservação dos campos porque estes vão se inutilizando, consumindo-se, portanto, o seu valor. Este estado de cousas não deve continuar, e dos meios que poderiam ser empregados para dotar os campos de Santa Cruz com os melhoramentos de que carecem, o mais pratico é chamar-se concorrência para o arrendamento dos mesmos campos, ficando estipulado no contracto a obrigação por parte do arrendatario de fazer os obras necessarias para que sejam desobstruidos os rios e vallas que dão escoamento ás aguas que os inundam.

Esse contracto deverá ser muito cuidadosamente fiscalizado por um engenheiro encarregado especialmente desse serviço, de modo a evitar-se que, terminado o mesmo contracto, voltem os campos ao poder do Governo em máo estado, e a poder o mesmo Governo colher dados sobre as modificações que convenha fazer-se no systema das vallas actualmente existentes, que deverão ser fornecidos pelo alludido engenheiro fiscal.

Não propomos a alienação dos campos de que se trata, por que elles se acham proximos desta capital (564,065 pela Estrada de Ferro Central do Brazil), e são os unicos terrenos de propriedade da nação que podem, em caso de necessidade, ser aproveitados para cavallhada do exercito.

Relativamente ao arrendamento dos campos de Santa Cruz convém ponderar que a lei n. 66, de 12 de outubro de 1833, art. 3º, limitou a nove annos o prazo de arrendamento de predios nacionaes, e esse prazo é insufficiente para que possa algum obter amortização do dinheiro que empregou nas obras de que os mesmos campos carecem.

Nestas condições é conveniente que logo que funcione o Congresso Nacional obtenha o Governo autorização para arrendar os campos, bem como todas as casas situadas na fazenda de Santa Cruz que não forem necessarias ao serviço publico, por prazo maior do que o marcado na lei citada, de 20 annos, por exemplo, prazo este marcado pela lei acima para determinados proprios nacionaes.

Resolvido o arrendamento, será necessario que o Ministerio da Guerra indique por meio de uma planta os campos que occupa com seus serviços. E convém notar que os campos para esse fim reservados de em ser reduzidos á porção estritamente necessaria nas condições actuaes, pois não vale a pena conservar-se campos improductivos por possibilidade mais ou menos remota de virem a ser necessarios para um dado serviço, desde que seja possível, o que provavelmente será, fazer o Governo contracto de arrendamento com quem se obrigue a entregar, quando o Governo exija, a porção de campo necessaria ao serviço publico, mediante condições previamente estipuladas.

Arrendados os campos da fazenda de Santa Cruz, adoptadas as medidas indicadas e vendido algum gado, que pertence á Nação, a superintendencia da mesma fazenda está naturalmente extincta.

E convém notar que do modo indicado haverá probabilidades de serem feitos nos campos melhoramentos indispensaveis, constantemente reclamados e que não tem sido feitos até agora, depreciando-se os mesmos campos, que tendem assim a deixar de ser fonte de renda; e não é tudo: os serviços que passam para o Thesouro Federal pela extinção da superintendencia serão feitos em condições que offerecem mais garantias de regularidade.

O arrendamento dos campos exigirá algum tempo para effectuar-se, não só porque será necessario esperar que o Ministerio da Guerra apresente a discriminação dos que occupa, como porque, para realizar-se em condições convenientes, precisará o Governo pedir autorização ao Congresso Nacional; e enquanto não se effectuar o arrendamento é indispensavel, como vimos, a conservação em Santa Cruz de um pessoal encarregado de arrecadar a renda do gado e zelar os mesmos campos. Desde, porém, que seja o archivo da actual superintendencia recolhido ao Thesouro Federal e extrahidas as relações de foreiros e arrendatarios, necessarios para proceder á cobrança respectiva pela Recebedoria e pelas collectorias do Estado do Rio de Janeiro, poderá mesmo antes de effectuado o arrendamento dos campos ser modificada a organização da superintendencia de modo a ficarem as suas funções limitadas á fiscalização dos campos e arrecadação da renda respectiva.

Para esse serviço o seu pessoal pôde ser reduzido a um encarregado da fiscalização dos campos e arrecadação da renda de pastagens, com o vencimento do actual superintendente (4:800\$), um escrivão, que substituirá o encarregado na sua ausencia, com o vencimento do actual escripturario (2:400\$), um chefe dos campos, com o vencimento de 1:440\$, e cinco campeiros com o vencimento de 840\$ cada um ou 4:200\$000.

O pessoal acima é sufficiente para arrecadar a renda de pastagem e exercer sobre os campos a necessaria vigilancia, e despendirá com os seus vencimentos em vez de 16:080\$ que despende a actual superintendencia, a quantia de 12:840\$000.

Em quanto não forem arrendados os campos de Santa Cruz, ao alludido encarregado incumbirá arrecadar a renda de pastagem, recolhendo-a semanalmente ao Thesouro; inspecionar o serviço dos campos e solicitar da repartição que tiver a seu cargo a administração dos proprios federaes a cargo do Ministerio da Fazenda as providencias que se tornarem necessarias á conservação dos campos e predios alli situados e á regularidade da arrecadação da renda de pastagem.

Quanto á arrecadação da renda deverá o encarregado ficar sujeito aos preceitos dos collectores de rendas federaes. Arrendados os campos, ficará extincta esta repartição.

Pelo exposto, vê-se que as providencias relativas á administração da fazenda de Santa Cruz resumem-se em:

1.º Recolher á repartição que dirige o serviço de tombamento dos proprios federaes e á administração dos que estão a cargo do Ministerio da Fazenda o archivo existente na superintendencia da mesma fazenda, mediante um inventario de tudo quanto nella exista;

2.º Extrahir relações dos foreiros e arrendatario de terras e predios alli situados para ser a respectiva renda arrecadada pela Recebedoria desta Capital, quanto aos bens situados no Districto Federal e pelas Collectorias do Estado do Rio de Janeiro quanto aos situados nos municipios daquelle Estado.

destinado exclusivamente a arrcahar a renda da pastagem e inspeccionar os campos enquanto não forem arrendados.

4.º Solicitar o Governo autorisação do Congresso para o arrendamento dos alludidos campos por prazo que possa ser elevado até vinte annos, mediante concorrência publica, a quem se obrigue a desobstruir as vallas que dão escoamento as aguas dos mesmos campos.

5.º Vender em hasta publica o gado pertencente a Nação, existente na Fazenda de que se trata.

6.º Providenciar sobre a transformação dos arrendatarios em foreiros e da remissão de foros a que se refere o art. 48 da lei n. 652 de 23 de novembro de 1899, como ficou indicado no lugar competente.

7.º Arrendar, aforar ou vender as terras que se verificar estarem desocupadas ou occupadas por intrusos.

8.º Arrendar, conjuntamente com os campos ou não, conforme as vantagens offerecidas, as casas da Fazenda de Santa Cruz desocupadas ou occupadas com os serviços que o Ministerio da Fazenda tem actualmente a seu cargo.

Comissão do Arrendamento dos Proprios Nacionaes, em 1 de maio de 1901. — *Rodrigo Salveira da Mota*, Zelador dos Proprios Nacionaes.

Compras da Fazenda de Santa Cruz

S. Marcos.....	3.257.425 m ²	50:000\$000
Jacarahy	2.860.000	60:000\$000
Maranhão.....	5.673.000	90:000\$000
S. Paulo.....	7.500.000	90:000\$000
S. Miguel.....	5.272.600	90:000\$000
S. José.....	6.352.500	150:000\$000
S. Luiz.....	2.717.000	80:000\$000
Roma.....	10.366.000	200:000\$000
Prainha.....	6.105.000	50:000\$000
Santo Agostinho.....	5.940.000	50:000\$000
Fructuoso.....	527.800	10:000\$000
	56.570.725 m²	920:000\$000

Quadro n. 2

Relação dos proprios nacionaes pertencentes á Fazenda Nacional de Santa Cruz

NUMERO DE ORDEM	LOCALIDADE	MEDICÃO DO PREDIO	AREA	DESTINO	VALOR	OBSERVAÇÕES
1	Praça do General Deodoro..	11,90 × 7,30	86,87	Residencia da Superintendencia.....	10:000\$000	
2	Rua da Superintendencia...	11,9 × 7,30	86,87	Escriptorio da Superintendencia.....	600\$000	
3	> > > ...	10,8 × 9	169,2	Alugado a José Feliciano Godinho.....	3:000\$000	Regular.
4	Praça 15 de Novembro.....	6,50 × 25	162,5	Residencia do Escripturario.....	1:000\$000	Precisa de reparos.
5	Rua Pedro Damazo.....	11 × 13	143,00	Alugado ao Dr. Celestino do Nascimento Silva.....	3:000\$000	Precisa de reparos.
6	Alto do Morro do Mirante..	8 × 8	14,00	Abandonado.....	500\$000	Em ruinas.
7	Cercadinho.....	22 × 11,70	257,4	Forma tres casas occupadas por soldados..	3:000\$000	Precisa de reparos.
8	>	5,30 × 7,10	37,63	Occupados por soldados.....	1:000\$000	Precisa de reparos.
9	Campos de S. Luiz.....	6 × 11	66,00	Desoccupado.....	500\$000	Precisa de reparos.
10	Campo de S. Marcos.....	54,40 × 10,6	576,64	Rancho occupado pelos campeiros.....	2:000\$000	Precisa de reparos.
11	Rua do Commercio.....	44 × 44	19,36	Ruinas de antigos predios desoccupados...	400\$000	Resto de materiaes.
12	Praça do Hospital.....	57,10 × 13,5	770,85	Antigo Hospital occupado pelo 5º Regimento.....	20:000\$000	Precisa de reparos.
13	Rua da Superintendencia...	11,80 × 18,80	212,4	Occupado por officiaes do 5º Regimento...	5:000\$000	Precisa de reparos. Cedido por Aviso de 19 de fevereiro de 1892.
14	Praça do Quartel.....	9 × 15	135,00	> > > > > >	3:000\$000	Precisa de reparos.
15	Rua da Superintendencia...	10,50 × 7,3	76,65	Occupado pelo 5º Regimento.....	1:000\$000	Precisa de reparos.
16	> > > ...	19,50 × 33	643,5	Occupado pelo major do 5º Regimento.....	8:000\$000	Cedido por Aviso de 23 de fevereiro de 1892.
17	> > > ...	21,50 × 7,30	156,95	Antigo quartel de Policia occupado pelo 5º Regimento. Deposito de forragens....	1:000\$000	Precisa de reparos.
18	Praça do Quartel.....	58,30 × 60,20	3509,66	Antigo Palacio, hoje quartel do 5º Regimento.....	120:000\$000	Em regular estado.
19	Rua Pedro Damazo.....	38,50 × 7	269,5	Occupado pelo 5º Regimento.....	2:000\$000	Muito estragado.
20	Praça do Gado.....	10,7 × 18	192,6	Occupado pelo 5º Regimento, antiga casa da balança e que serviu de moradia do Director da Candelaria.....	15:000\$000	Regular.

Quadro n. 3 — Receita da Fazenda Nacional de Santa Cruz a contar de 15 de novembro de 1889 a 31 de dezembro de 1898

ANNOS	Laudemios	Foros e arrendamentos	Alugueis de predios	Jóias	Medição	Indemnizações	Pastagens de gado caval-lar e mular	Pastagens da gado vac-cum inverno	Pastagens de gado vac-cum para o matadouro	Pastagens de gado vac-cum da companhia	Pastagens de gado ove-lham	Vendas de materias e medicamentos	Alugueis de curraes	Venda de espinho marica	Venda de gado cavallar	Venda de gado vaccum	SOMMA
15 de novembro de 1889 a 31 de dezembro de 1889	521\$500	4:978\$029	158\$000	—	—	—	514\$220	250\$000	3:314\$280	—	—	80\$000	—	—	—	—	6:678\$129
1890	4:881\$700	12:903\$159	435\$000	33\$000	—	—	4:383\$460	1:023\$000	21:901\$640	—	—	327\$660	—	—	—	—	59:402\$519
1891	42:243\$976	23:104\$907	535\$000	317\$000	—	—	3:793\$220	1:451\$000	44:702\$620	—	—	—	—	—	—	—	56:209\$822
1892	3:292\$750	21:504\$128	773\$670	27:746\$246	13:975\$183	4:050\$000	3:562\$520	1:706\$000	29:873\$120	—	—	1:635\$000	—	—	—	—	108:478\$622
1893	4:262\$000	14:663\$154	430\$000	9:373\$856	2:443\$420	—	3:950\$064	2:641\$820	34:948\$540	—	—	90\$000	—	—	—	—	69:811\$454
1894	1:701\$700	27:403\$376	1:010\$000	18:633\$910	12:333\$067	—	1:451\$000	2:151\$680	27:313\$940	—	—	—	—	—	—	—	92:023\$755
1895	918\$617	11:933\$356	535\$000	6:653\$852	4:896\$456	—	1:463\$040	4:490\$000	44:659\$660	—	—	400\$000	—	—	—	—	41:698\$481
1896	4:567\$750	18:122\$026	430\$000	8:676\$100	4:653\$784	—	775\$200	1:490\$000	14:631\$060	—	—	—	—	—	—	—	61:090\$820
1897	3:359\$920	15:261\$212	492\$000	5:082\$106	433\$206	—	3:946\$140	4:622\$800	28:556\$240	—	—	—	—	—	—	—	1:425\$000
1898	1:878\$250	12:903\$404	201\$000	5:204\$572	114\$161	—	2:551\$030	2:237\$000	23:151\$820	13:666\$663	2:400\$000	—	—	—	—	—	2:630\$700
	34:123\$162	169:905\$351	4:407\$270	81:747\$342	38:851\$882	4:050\$000	26:401\$594	48:144\$300	216:000\$990	43:666\$663	2:800\$000	2:232\$660	360\$000	745\$000	5:393\$000	12:100\$000	631:001\$114

Quadro n. 4 — Despesa da Fazenda Nacional de Santa Cruz, a contar de 15 de novembro de 1889 a 31 de dezembro de 1898

ANNOS	FOLHA DE EMPREGADOS E PESSOAL OCCUPADO EM DIVERSOS SERVIÇOS	MEDIÇÕES PAGAS A ENGENHEIROS	RESTITUIÇÃO DE JÓIAS	COMPRA DE GADO VACCUM	DESPESAS DIVERSAS	SOMMA
De 15 de novembro de 1889 a 31 de dezembro de 1889	939\$900	—	—	—	281\$909	1:221\$809
1890	43:200\$262	—	—	850\$000	6:190\$726	50:241\$688
1891	25:097\$371	—	—	—	1:124\$339	26:222\$210
1892	18:433\$433	13:893\$148	1:600\$000	—	2:121\$017	36:047\$598
1893	18:141\$601	2:616\$180	160\$000	—	2:402\$380	22:402\$380
1894	17:181\$989	11:317\$964	267\$720	—	1:484\$400	31:146\$880
1895	17:901\$804	4:896\$456	1:360\$000	—	2:378\$207	26:868\$273
1896	17:121\$003	4:694\$044	600\$000	—	2:710\$013	30:302\$080
1897	20:174\$804	547\$460	—	—	7:887\$033	23:845\$130
1898	22:565\$998	—	—	—	3:122\$866	23:315\$998
	200:759\$564	37:965\$252	3:987\$720	850\$000	28:051\$510	271:614\$046

Memorial da medição de terras da Fazenda de Santa Cruz

Requerente.....
 Engenheiro.....
 Medição feita em virtude de ordem.....
 Começada em.....
 Terminada em.....
 Terreno situado no lugar.....
 Municipio de.....
 Area. (requerida.....
 (medida.....

LADOS DO POLYGONO	AZIMUTH VERDADEIRO	DEFLEXÃO	COMPRIMENTO	OBSERVAÇÕES
1º.....	—	—	—	O ponto de partida..... (será indicado este, referindo-se a algum objecto facil de ser reconhecido). Declinações =
2º.....	—	—	—	

Perimetro.....
 Serviram na medição os instrumentos.....
 São confrontantes do terreno : F..... pelo lado..... por..... (indicar-se-há o objecto que serve de divisa). F..... pelo lado..... por..... etc.
 Foram assentados (tantos) marcos, sendo um no ponto de partida situado....., outro no lugar....., outro..... etc.
 Foram encontrados (tantos) marcos já fncados, sendo um no lugar....., outro....., etc.
 Achavam-se presentes quando foi iniciada o medição F....., F.....

OBSERVAÇÕES

- Se mencionará no Memorial :
- a) O valor em que é estimado o hectare do terreno.
 - b) Si o terreno é de campo e si tem ou não mattas.
 - c) Si é cultivado e, aproximadamente, qual a relação entre a parte cultivada e a inculta.
 - d) Si o terreno é alto ou baixo, alagadiço ou não.
 - e) Bemfeitorias existentes e, no caso de terrenos occupados sem titulo legitimo, o valor delles.
 - f) Estradas, rios e lagos existentes no terreno.
 - g) Os accidentes encontrados nas linhas percorridas com o instrumento, especialmente os pontos em que essas linhas são atravessadas por estradas ou rios, indicando a direcção destes.
 - h) Assignaturas do engenheiro, requerente e confrontantes.

* Serão indicados os azimuths do 1º lado medido em cada dia de trabalho.

Quadro n. 6 — Quadro demonstrativo das medições de terras da fazenda de Santa Cruz, feitas pelo engenheiro durante o anno de... ,remetido á repartição com o officio...

NUMERO DE ORDEM	SITUAÇÃO		AREA		NOME DO REQUERENTE	ORDEM PARA A MEDIÇÃO	OFFICIO DE REMESSA DA MEDIÇÃO	QUANTIA RECEBIDA PELO ENGENHEIRO PELA MEDIÇÃO	OBSERVAÇÕES
	Localidade	Municipio	Requerida	Medida					

Quadro n. 7 — Quadro demonstrativo dos terrenos da Fazenda de Santa Cruz, medidos durante o anno de... com a indicação dos que foram vendidos, remidos de fóro, aforados ou arrendados

NUMERO DE ORDEM	SITUAÇÕES		AREA		PREÇO DA VENDA OU REMISSÃO DE FÓRO	DATA DA ESCRITURA	CONTRACIO DE ARRENDAMENTO			TITULO DE AFORAMENTO		NOME DO REQUERENTE	PAGAMENTO AO ENGENHEIRO	OBSERVAÇÕES
	Localidade	Municipio	Requerida	Medida			Annuidade	Data	Prazo	Foro annual	Data			

(Continua)

Pelotas

Etapa.....	\$887
Extraordinarios.....	\$812
Forragem.....	\$385
Ferragem para cavallo.....	\$146
Ferragem para luar.....	\$130

Rio Pardo

Etapa.....	\$1013
Extraordinarios.....	\$648
Forragem.....	\$483
Ferragem.....	\$163

S. Borja

Etapa.....	\$1164
Extraordinarios.....	\$690
Forragem.....	\$977

Porto Alegre

Etapa.....	\$1128
Extraordinarios.....	\$814
Forragem.....	\$898
Ferragem geral.....	\$89

Mandando :

Declarar ao commandante do 6º districto militar que, somente á vista dos preços correntes do mercado, poderá ser fixado o valor da etapa, para as praças da guarnição de Quarahy, no Estado do Rio Grande do Sul, durante o semestre proximo vindouro ; Fornecer ao forte do Imbuhy, os artigos constantes dos sete pedidos que se remmetem.

— Ao commandante do Collegio Militar, mandando desligar o alumno contribuinte Antenor de Assis, conforme pedido Lindolpho de Assis, pai do mencionado alumno.

— Ao chefe do Estado Maior do Exercito :

Declarando :

Que deve ser considerado em disponibilidade o capitão do corpo de engenheiros Juvenal Octaviano Miller, deputado estadual no Rio Grande do Sul ;

Que ao alferes do 8º regimento de cavallaria José de Figueiredo Neves devem ser contados, como tempo de serviço, os periodos decorridos de 14 de novembro de 1878 a 19 de fevereiro de 1883 e de 4 de novembro desse anno a 11 de março de 1885, em que esteve nas fileiras do exercito.

Mandando :

Servir por 40 dias em um dos corpos estacionados na cidade de Porto Alegre, o tenente do 4º regimento de cavallaria Argemiro Souto ;

Addr :

Ao 3º batalhão de infantaria o tenente do 24º batalhão da mesma arma João Gonçalves Guimarães ;

Ao 7º batalhão de infantaria o tenente do 15º da mesma arma José Augusto Ferreira da Silva.

Declarar :

Ao commandante do 5º districto militar que deverá inspecionar o 14º regimento de cavallaria, depois de enviar o relatório da inspecção do 13º da mesma arma ;

Ao commandante do 4º districto militar, para que o faça constar ao do 5º regimento de artilharia, que fica o commandante do dito corpo autorizado a prorogar o contracto celebrado com o ensaiador da respectiva banda de musica, Antonio José dos Santos.

Transferir para o Asylo dos Invalidos da Patria o soldado do 7º batalhão de infantaria Bispo José dos Santos e o corneteiro do 20º da mesma arma Affonso Leite, julgados incapazes do serviço.

Concedendo licença ao soldado do 6º batalhão de artilharia José Elias Paiva Filho, para, no fim do anno corrente, prestar na Escola Preparatoria e de Tactica do Realengo exames vagos de arithmetica, inglez e desenho de aquarella.

Transferindo, para o 32º batalhão de infantaria, o tenente do 11º batalhão da mesma arma Ataliba Taurino de Rezende.

Ministerio da Guerra — N. 1.397 — Rio de Janeiro, 15 de maio de 1901.

Sr. chefe do Estado Maior do Exercito — O coronel-commandante do 29º batalhão de infantaria João Cesar Sampaio, em officio n. 111, de 21 de fevereiro findo, consulta sobre a data em que deve começar a licença para tratamento de saúde, quando concedida em prorrogação á outra já terminada.

Em solução a essa consulta, que acompanhou o officio de 23 do mesmo mez, sob n. 251, do commandante do 6º districto militar, vos declaro, para os fins convenientes, que as prorrogações de licenças para tratamento de saúde, devem ser contadas do dia immediato ao em que foram ellas terminadas; porquanto, a não ser assim, tratar-se-ha de nova licença, accrescendo que o officio que termina sua primeira licença não é considerado prompto antes de nova inspecção, que verifique o estado de sua saúde, e que poderá indicar novo prazo para seu tratamento, prazo que não pôde deixar de ser contado do dia seguinte áquelle em que finaliza o tempo da primeira licença.

Saude e fraternidade.—J. N. de Medeiros Mallet.

Circular—Ministerio da Guerra — Rio de Janeiro, 15 de maio de 1901.

Aos presidentes e governadores dos Estados —Tendo de effectuar-se no dia 1 de agosto proximo vindouro o alistamento militar de que trata a lei n. 2.556, de 26 de setembro de 1874, rogo que vos dignéis nomear as juntas de alistamento e de revisão que tem de funcionar n'esse Estado, de accordo com o que preceitua o regulamento approvedo pelo decreto n. 5.581, de 27 de fevereiro de 1875, e a lei n. 39 A, de 30 de janeiro de 1892.

Saude e fraternidade.—J. N. de Medeiros Mallet.

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas

Directoria Geral de Contabilidade

Expediente de 23 de maio de 1901

Ao Ministerio da Fazenda foram solicitados os seguintes pagamentos:

De \$ 25.150—2—10, á *Brazilian Coal Company Limited*, de carvão Cardiff fornecido á Estrada de Ferro Central do Brazil em abril ultimo (aviso n. 1.342) ;

De 151\$900 á Companhia Estrada de Ferro Mogyana, de fretes concedidos á Directoria Geral dos Correios em janeiro ultimo (aviso n. 1.343) ;

De 42:595\$400, a diversos, dormentes fornecidos á Estrada de Ferro Central do Brazil em abril ultimo, requisitado por officio n. 537 (aviso n. 1.344) ;

De 20:006\$849 a José Fernandes Pereira Vianna e Domingos Gonçalves Guimarães, de trabalhos executados pelos mesmos em abril ultimo para a construcção de um armazem nas officinas do Engenho de Dentro da Estrada de Ferro Central do Brazil (aviso n. 1.345) ;

De 2:000\$ a Raphael Augusto de Vasconcellos Junior, de madeira de lei fornecida á mesma estrada em abril ultimo (aviso numero 1.346) ;

De 3:408\$ a diversos, de dormentes fornecidos á mesma estrada em abril ultimo (requisitado por officio n. 561, aviso n. 1.347) ;

De 680\$ idem, de fornecimentos á Estrada de Ferro do Rio do Ouro e alugueis de casas por ella occupadas em março ultimo (requisitado por officio n. 99, aviso n. 1.348) ;

De 990\$ idem, de alugueis de predios para escriptorios e deposito de materiaes, a cargo da Inspecção Geral das Obras Publicas em março e abril ultimos (requisitado por officio n. 201, aviso n. 1.349) ;

De 228\$ a Soares, Meniz & Comp. de fornecimentos feitos e trabalhos executados em proveito dos Correios em abril ultimo (aviso n. 1.350).

Dia 24

De 10:400\$ a Pantaleão de Lucas, de dormentes fornecidos á Estrada de Ferro do Rio do Ouro em janeiro e fevereiro ultimos (aviso n. 1.351) ;

De 159\$100 a Tagarro, Santos & Comp., fornecimentos á Inspecção Geral das Obras Publicas em janeiro ultimo (aviso n. 1.352) ; De 228\$ a diversos, idem á Estrada de Ferro do Rio do Ouro em março ultimo (requisitado por officio n. 103, aviso n. 1.353).

—Providenciou-se para que do credito de 7:201\$ existente no Thesouro Federal, na consignação—Vencimentos do fiscal—titulo —Companhia Norte Mineira, verba 9ª, art. 19 da vigente lei de orçamento, seja transferida para a Delegacia Fiscal da Bahia a quantia de 1:506\$666, afim de occorrer ao pagamento dos vencimentos do respectivo fiscal Virgilio David (aviso n. 1.354).

Directoria Geral de Obras e Viação

Requerimento despachado

Dia 24 de maio de 1900

Conrad Victor Leonard Mortenza, propondo-se a fazer, por conta do Governo, os estudos preliminares para a sede do Governo Federal e para a Universidade, nas serras que dominam o Jardim Botânico e a lagôa de Rodrigo de Freitas.—Não ha que deferir.

NOTICIARIO

Tribunal de Contas — Ordens de pagamento, sobre as quaes proferiu despacho de registro, em 23 do corrente, o Sr. presidente deste Tribunal:

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas — Avisos :

N. 1.325, de 18 do corrente, pagamento de 153\$100 da fêria do pessoal empregado, durante o mez de abril ultimo, em serviços urgentes, a cargo da Inspecção Geral de Obras Publicas ;

N. 1.324, da mesma data, idem de 2:678\$ da fêria do pessoal empregado no serviço de esgoto de aguas pluvias, no mez de abril ultimo ;

N. 1.323, da mesma data, idem de 750\$ da fêria do pessoal empregado no serviço de hydrometros, no mesmo mez ;

N. 1.322, da mesma data, idem de 1:440\$ da fêria do pessoal empregado nos serviços do Deposito Central, no me mo mez ;

N. 1.321, da mesma data, idem de 3:224\$878 da fêria do pessoal empregado durante o mez de abril ultimo, em serviços urgentes a cargo da Inspecção Geral das Obras Publicas ;

N. 1.320, da mesma data, idem da quantia de 7:970\$500, das fêrias do pessoal empregado, durante o mez de abril ultimo, em serviços concernentes ao proseguimento da rede de distribuição e pennas de agua obrigatorias, a cargo da Inspecção Geral das Obras Publicas ;

N. 1.320, da mesma data, idem de 27:753\$, das fêrias do pessoal empregado, durante o mez de abril ultimo, nos reparos, melhoramentos e conservação da rede de distribuição de agua ;

N. 1.319, da mesma data, idem da quantia de 3:630\$500, da fêria do pessoal empregado, no mez de Abril ultimo, no serviço de abastecimento de agua ;

N. 1.312, da mesma data, idem da quantia de 6:416\$885, das folhas do pessoal empregado, durante o mez de abril ultimo, nos

serviços do trafego da Estrada de Ferro do Rio do Ouro, a cargo da Inspeção Geral das Obras Publicas;

N. 1.313, da mesma data, idem de 4:000\$, das folhas do pessoal empregado durante o mez de abril ultimo, na locomoção da Estrada de Ferro do Rio do Ouro;

N. 1.315, da mesma data, idem de 508\$, da fêria do pessoal empregado, durante o mez de abril ultimo, em reparos de proprios nacionaes;

N. 1.316, da mesma data, idem da quantia de 1:189\$500, da fêria do pessoal empregado, no mez de abril ultimo, na conservação da floresta da Tijuca;

N. 1.314, da mesma data, idem da quantia de 8:860\$500, da folha do pessoal empregado, no mez de abril ultimo, na via permanente da Estrada de Ferro do Rio do Ouro;

N. 1.317, da mesma data, idem de 885\$, da fêria do pessoal empregado, no mez de abril ultimo, na conservação da floresta das Painceiras;

N. 1.318, da mesma data, idem de 885\$, da fêria do pessoal empregado, durante o mez de abril ultimo, na conservação da floresta de Jacarépaguá.

—Ministerio da Justiça e Negocios Interiores—Avisos:

N. 1.097, de 16 do corrente, pagamento de 1:000\$ a diversos deputados, das ajudas do custo de vinda e volta, na 2ª sessão da 4ª legislatura do Congresso Nacional;

N. 1.101, da mesma data, idem de 400\$ credito á Delegacia do Thosouro no Estado do Rio Grande do Sul, para occorrer ao pagamento da ajuda de custo de vinda e volta que compete na 2ª sessão da 4ª legislatura do Congresso Nacional, ao deputado Alexandre Cassiano do Nascimento;

N. 1.100, da mesma data, credito á Delegacia Fiscal no Estado da Bahia de 600\$ para occorrer ao pagamento da congrua a que tem direito o conego prebendado Dr. João Nepomuceno de Souza.

N. 1.091, de 15 do corrente, pagamento de 651\$400 a diversos, de fornecimentos em abril ultimo, ao Externato do Gynnasio Nacional;

N. 1.098, de 16 do corrente, idem de 8\$200 de despesas de prompto pagamento feitas pelo porteiro do Archivo Publico, em abril ultimo;

N. 1.089, de 15 do corrente, idem de 720\$500 a diversos, de fornecimentos ao Instituto Nacional de Musica, nos mezes de fevereiro a abril ultimos;

N. 1.085, de 14 do corrente, idem de 373\$750 á *The Rio de Janeiro Flour Mills of Granaries, Limited*, de fornecimentos de farinha de trigo ao lazareto da Ilha Grande, em fevereiro ultimo;

N. 1.076, da mesma data, idem de 290\$ ao *Jornal do Commercio*, de publicação feita em abril ultimo para a secretaria de Estado deste Ministerio;

N. 1.078, de 15 do corrente, idem de 446\$800 a V. Werneck & Comp., de fornecimentos ao lazareto da Ilha Grande, nos mezes de janeiro e fevereiro do corrente anno.

—Ministerio das Relações Exteriores :

Aviso n. 107, de 3 do corrente, pagamento de 513\$200 ao porteiro da Secretaria de Estado deste ministerio, Paulino José Soares Pereira, das despesas effectuadas na mesma secretaria, durante o mez de abril ultimo.

—Ministerio da Fazenda :

Officio n. 317, da Alfandega do Rio de Janeiro, de 9 do corrente, pagamento de

5:725\$920 a diversos, de fornecimentos áquella repartição, no actual exercicio.

—Ministerio da Guerra — Avisos :

N. 347, de 10 do corrente, pagamento de 150\$ a D. Zulmira Candida Gravato Leite, do aluguel relativo ao mez de abril ultimo, do predio á rua do General Bruce n. 95, occupado pelo commando do 9º regimento de cavallaria;

N. 357, de 15 do corrente, pagamento de 6:965\$150 a diversos, de fornecimentos a varios estabelecimentos deste ministerio, no actual exercicio;

N. 318, de 29 de abril, pagamento de 11:413\$882 a diversos, de fornecimentos á Intendencia Geral da Guerra, no actual exercicio.

—E no dia 24:

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas—Avisos:

N. 1.346, de 23 do corrente, pagamento de 2:000\$ a Raphael Augusto de Vasconcellos, de madeira de lei fornecida á Estrada de Ferro Central do Brazil, em abril ultimo;

N. 1.345, de 23 do corrente, idem de 22:229\$332 a diversos, de trabalhos executados em abril ultimo, para construcção de um armazem nas officinas do Engenho de Dentro da Estrada de Ferro Central do Brazil;

N. 1.266, de 9 do corrente, idem de 78\$100 a Louzinger & Comp., de fornecimentos a este ministerio, no mez de março ultimo;

N. 1.327, de 18 do corrente, idem de 521\$300 aos mesmos, de fornecimentos, em abril ultimo, á Secretaria de Estado deste ministerio.

N. 1.342, de 23 do corrente, idem de 223:581\$758, em ouro, á *Brazilian Coal Company, limited*, de carvão Cardiff fornecido á Estrada de Ferro Central do Brazil, em abril ultimo.

—Ministerio da Justiça e Negocios Interiores—Avisos:

N. 1.082, de 14 do corrente, pagamento de 68\$200 ao director do Instituto Nacional de Musica, Leopoldo Miguez, das despesas por elle feitas durante o mez de abril ultimo;

N. 1.080, da mesma data, idem de 151\$ a Manoel Pereira Jorge, de comedorias fornecidas ao Tribunal do Jury, na sessão do dia 4 do corrente mez;

N. 1.081, da mesma data, idem de 3:885\$666, da folha relativa ao mez de abril ultimo, dos alugueis dos predios occupados por estações e postos policiaes;

N. 1.093, de 15 do corrente, idem de 500\$ ao Senador pelo Estado de Alagoas Manoel Gomes Ribeiro, de ajuda de custo de vinda e volta que lhe compete na 2ª sessão da 4ª legislatura do Congresso Nacional;

N. 1.092, da mesma data, idem de 40\$, da gratificação que compete á menor Estephania, pelo serviço de extracção de cedulas no Tribunal do Jury, durante os mezes de março e abril ultimos;

N. 1.090, da mesma data, idem de 2:555\$, á Imprensa Nacional, de trabalhos feitos para a Repartição da Policia, nos mezes de janeiro e fevereiro ultimos;

N. 1.126, de 20 do corrente, idem de 48\$900, a mesma, de trabalhos feitos para o Instituto dos Surdos Mudos, em janeiro e fevereiro ultimos;

N. 1.107, de 17 do corrente, idem de 855\$538, da folha do pessoal interino das diversas circumscripções policiaes desta Capital, durante o mez de abril ultimo;

—Ministerio da Fazenda — Exercicios finidos :

Requerimento de José Maria de Assumpção, pagamento de 190\$250, de vencimentos, referentes aos annos de 1897 a 1899.

—Ministerio da Marinha :

Aviso n. 646, de 16 do corrente, pagamento de 3:058\$145 a diversos, de fornecimentos a este Ministerio, no corrente anno.

—Ministerio da Guerra :

Aviso n. 361, de 15 do corrente, pagamento de 2:558\$659 a diversos, de fornecimentos a este Ministerio, no corrente exercicio.

Imprensa — Recebemos e agradecemos:

—*Revista de Jurisprudencia*, com o seguinte sumario: DOCTRINA—Nota sobre a rogação das testemunhas no testamento nuncupativo, pelo Dr. J. C. de Souza Bandeira —Codigo Civil. Projecto Clovis — Epitacio. Sua genese e evolução, pelo conselheiro Coelho Rodrigues. —Projecto de Codigo Civil. Capitulo da fiança, pelo Dr. Sergio Loreto.

CONSULTAS E RAZÕES —Sociedades em commandita. Como se deve entender a obrigação dos commanditarios quanto á prestação do capital, pelo Dr. João Monteiro.

JURISPRUDENCIA — Tribunaes da União — Acção de nunciação de obra nova. —Executivo fiscal. —Associações para fins religiosos, moraes, scientificos, artisticos, politicos ou do simples recreio. Direito reconhecido aos militares de organizarem clubs para o exercicio de direitos assegurados pela Constituição da Republica. — Casos justificativos da demora na formação da culpa de réos presos. —Conspiração. —Competencia do Supremo Tribunal Federal para, mediante o recurso do *Habeas-corpus*, conhecer da legalidade da prisão ordenada por Assembléa Legislativa Estadual, funcionando como Tribunal de Justiça em processo de crimes communs (caso dos desembargadores de Matto Grosso).

—Tribunaes dos Estados — Nullidade do depoimento pessoal prestado por procurador. —Obra nova. Illegalidade de comminação da pena de desobediencia e prisão depois de resolvido o preceito em simples citação e de concedida a caução de *opere-demolendo*. —Hypotheca como caracteristico do estado de fallencia. Condições para as contas extrahidas de livros de commerciantes constituirem dividas liquidas e certas. —Preferencia do districto da culpa para o processo e julgamento perante o jury. —Fianças provisoria e definitiva. —Tribunaes do Districto Federal: Divorcio por mutuo consentimento; inadmissibilidade do comparocimento de qualquer conjuge por procurador. —Cessão de bens de firma commercial; exclusão dos haveres particulares dos socios. —Queixa de varios querelantes sem vinculo apparente do interesse, tornando-os co-offendidos, contra querelado por infracções identicas. Delictos diferentes com contacto entre si ou com uma relação de tempo, lugar e pensamento. —Conflicto de jurisdicção por supposto erro na distribuição do feito pelo presidente do Tribunal Civil e Criminal, e não pelo da Camara privativa para o seu preparo e julgamento. Fasciculo n. XLIII, anno V, maio de 1901. Rio de Janeiro.

—*Boletim de Estatistica Demographica Sanitaria* da cidade de S. Salvador, ns. XI, XII, XIII, anno V, outubro, novembro e dezembro. 1901. Bahia.

—*Relatorio da Sociedade Portuguesa de Beneficencia* do Rio de Janeiro, apresentado a assembléa geral de 27 de março de 1901, pelo presidente Visconde de Sande. 1901. —Rio de Janeiro.

—*Relatorio da Associação Geral de Auxilios Mutuos da Estrada de Ferro Central do Brazil*, apresentado á assembléa geral dos associados, pelo presidente Dr. João Nery Ferreira. 1901. Rio de Janeiro.

Correio — Esta repartição expedirá malas pelos seguintes paquetes:

Hoje :

Pelo *Hispania*, para Rotterdam e Hamburgo, recebendo impressos até ás 11 horas da manhã, objectos para registrar até ás 10 e cartas para o exterior até ás 12.

Pelo *Itaituba*, para os portos do Sul, recebendo impressos até ás 12 horas da manhã, cartas para o interior até á 12 1/2 da tarde, ditas com porte duplo até á 1 e objectos para registrar até ás 11 da manhã.

Pelo *Muquy*, para portos do Espirito-Santo, recebendo impressos até ás 4 horas da manhã, cartas para o interior até ás 4 1/2, ditas com porte duplo até ás 5.

Pelo *Catania*, para Barbadas e Nova York, recebendo impressos até ás 7 horas da manhã, cartas para o exterior até ás 8.

Pelo *Meteoro*, para Santos e mais portos do Sul, recebendo impressos até ás 7 horas da manhã, cartas para o interior até ás 7 1/2 e ditas com porte duplo até ás 8.

Pelo *Pinto*, por S. João da Barra, recebendo impressos até ás 12 horas da manhã, objectos para registrar até ás 11, cartas para o interior até á 1/2 hora da tarde e ditas com porte duplo até á 1.

Nota—Saques para Portugal e vales postaes para o interior, nos dias uteis, até ás 2 1/2 da tarde.

Santa Casa da Misericordia

—O movimento do Hospital da Santa Casa da Misericordia, dos Hospícios de Nossa Senhora da Saúde, de S. João Baptista, de Nossa Senhora do Socorro e de Nossa Senhora das Dores, em Cascadura, foi, no dia 23 de maio, o seguinte:

	NACIONAES	ESTRANGEIROS	TOTAL
Existiam.....	1.042	837	1.879
Entraram.....	24	19	43
Sahiram.....	21	29	50
Falleceram.....	7	6	13
Existem.....	1.038	828	1.859

O movimento da sala do banco e dos consultorios publicos foi, no mesmo dia, de 645 consultas, para os quaes se aviaram 767 receitas.

Fizeram-se 41 extracções de dentes.

Obituario— Sepultaram-se no dia 23 do corrente 49 pessoas, fallecidas de:

Berberi.....	4
Febre amarella.....	3
Febres diversas.....	2
Variola.....	4
Outras causas.....	36
	49
Nacionais.....	33
Estrangeiros.....	16
	49
Do sexo masculino.....	28
Do sexo feminino.....	21
	49
Maiores de 12 annos.....	33
Menores de 12 annos.....	16
	49
Indigentes.....	12

Directoria de Meteorologia do Ministerio da Marinha — Repartição da Carta Maritima — Mappa das observações feitas na 3ª decada do mez de abril de 1901.

Posto de observação—Capitania do Porto de Santa Catharina, em Florianopolis

LATITUDE APPROXIMADA=27° 35' 36" S

LONGITUDE APPROXIMADA=48° 34' 05" W Grw.

ESTADO DO TEMPO DURANTE AS 24 HORAS ANTECEDENTES

ÉPOCAS	EVAPORAÇÃO A SOMBRA		CHUVA CAHIDA	VENTO		ESTADO ATMOSFERICO E METEOROS	IDADE DO SOL		IDADE DA LUA	TEMPERATURA MÉDIA	ESTADO DO TEMPO DURANTE AS 24 HORAS ANTECEDENTES
	Horas locais	Dias		m/m	Dirrecção		Força	d			
Meio-dia	21	21	15.30	ESE	4	e. as	25.41	2.60	18.25	Tempo máo.	
	22	22	10	NE	4	c	26.41	3.60	19.50	Tempo máo.	
	23	23	0	NE	3	b	0.17	4.60	16.75	Tempo máo.	
	24	24	5	NE	3	b	1.17	5.60	19.00	Tempo bom.	
	25	25	0	NE	3	b	2.17	6.60	20.75	Tempo bom.	
	26	26	7	NE	3	b	3.17	7.60	21.00	Tempo bom.	
	27	27	3	NE	3	clm	4.17	8.60	22.25	Tempo bom.	
	28	28	0	S	2	clm	5.17	9.60	17.00	Tempo variavel.	
	29	29	10	S	3	clm	6.17	10.60	15.50	Tempo variavel.	
	30	30	0	NE	1	clm	7.17	11.60	16.75	Tempo bom.	
Médias.....			2.49		2.3					18.67	
Total.....			4.5								
Total.....			18.50								

O observador, Tito A. de Brito, capitão-tenente, capitão do porto.

Directoria de Meteorologia do Ministerio da Marinha—Repartição da Carta Maritima—Resumo meteorologico da Estação Central no Morro de Santo Antonio—Dia 23 de maio de 1901 (quarta-feira).

HORAS	BAROMETRO A 0°	TEMPERATURA DO AR	TENSÃO DO VAPOR	UMIDADE RELATIVA	DIRECÇÃO DO VENTO	ESTADO DA ATMOSFERA	ESPECIE DE NUVENS	QUANTIDADE DE NUVENS
	m/m	°	m/m	%				
3 a.....	762.17	20.3	14.76	83.0	E	—	—	—
6 a.....	762.40	20.0	14.29	82.0	E	Bom	KC	8
9 a.....	763.32	22.0	13.88	70.0	E	Bom	KC. K	3
1/2 d.....	762.85	23.5	13.11	60.0	E	Muito bom	K. KC	3
3 p.....	761.46	24.1	13.07	58.0	E	Muito bom	K	1
6 p.....	761.66	21.8	13.84	71.0	ESE	Muito bom	K. KC	3
9 p.....	762.53	21.6	12.06	62.5	ESE	Muito bom	KC. K	6
1/2 n.....	762.48	20.6	12.22	68.0	E	—	—	—

Temperatura maxima exposta..... 23°.9
 « á sombra..... 24°.2
 « minima..... 20°.0
 Evaporação em 24 horas, á sombra..... 2m/m.5
 Chuva em 24 horas..... 1m/m.30.
 Duração do brilho solar..... 9h.37

Observações feitas a 0 h. m. em Grão. (9 h. 07 m. a. da Capital) em:

	Recife	Aracajú	Rio Grande do Sul
Barometro a 0°.....	757 ^m /m.36	759 ^m /m.98	762 ^m /m.32
Temperatura do ar.....	27°.0	26°.8	17°.5
Tensão do vapor.....	17 ^m /m.67	20 ^m /m.08	13 ^m /m.98
Humidade relativa.....	63%/o.0	76%/o.0	94%/o.0
Direcção do vento.....	SSV	ESE	Calma
Estado da atmosfera.....	Bom	Incerto	Encoberto
Nebulosidade.....	Meio encoberto	Quasi encoberto	Encoberto
Estado do mar.....	Tranquillo	Chão	Vagas
Chuva em 24 horas.....	—	—	—

DECLINACÃO MAGNETICA

— 8° 10' 02" NW

Inclinação—13 26. (extremo norte para cima)

OBSERVAÇÕES A SERVIDOR V. FEITAS PELOS CAPITÃES DOS PORTOS (9 h. 07 m. da Capital)

POSTOS DE OBSERVAÇÃO	ESTADO DO CÉU	ESTADO ATMOSFERICO	NEVÕES	DIRECÇÃO DO VENTO	FORÇA	ESTADO DO MAR	ESTADO ATMOSFERICO NA VESPERA
Belém.....	Quasi encob.	Claro	—	ESE	Regular	—	Bom
S. Luiz.....	Quasi limpo	Claro	—	ESE	Muito fresco	Peq. vagas	Bom
Parnahyba.....	Quasi limpo	Bom	Nevo. tenue alto	E	Muito fraco	—	Sombrio
Fortaleza.....	Encoberto	Incerto	—	ESE	Fresco	Vagas	Variavel
Natal.....	Meio encoberto	Incerto	Nevoeiro alto	S	Regular	Vagas	Variavel
Parahyba.....	Quasi encob.	Mão	Chuva	SE	Fraco	—	Mão
Recife.....	Meio encoberto	Bom	Nevoeiro	SSW	Fraco	Tranquillo	Variavel
Maceió.....	Quasi limpo	Claro	—	SE	Muito fraco	Peq. vagas	Variavel
Aracajú.....	Quasi encob.	Incerto	—	ESE	Regular	Chão	Bom
Bahia.....	Meio encoberto	Incerto	Nevoeiro baixo	SSW	Regular	Peq. vagas	Incerto
Victoria.....	—	—	—	—	—	—	—
Santos.....	Quasi limpo	Bom	Nevoeiro	ENE	Vagas	—	Claro
Paraguá.....	Meio encoberto	Bom	—	WNW	—	—	Bom
Florianopolis.....	Encoberto	Mão	Aguaceiros	N	Regular	—	Variavel
Rio Grande.....	Encoberto	Encoberto	Nevoeiro baixo	Calma	—	Vagas	Encoberto
Itaqui.....	Encoberto	Mão	Nevoeiro	?	Fraco	—	Sombrio

Em Fortaleza enoveu durante a noite anterior, sendo caindo aguaceiros pela manhã de hoje.

Observatorio do Rio de Janeiro — Boletim Meteorologico — Dia 21 de maio de 1901.

HORAS	Barometro a 0°	Temperatura centigrada	Tensão do vapor	Humidade relativa	VENTOS		CÉU		Chuva pelos registradores	Phenomenos diversos	Observador
					Força	Direcção	Fracção	Nuvens			
1 h. m....	761.6	20.4	15.8	89	1.0	S. S. E	0.5	C. CK			
4 h. m....	760.2	20.2	15.6	89	0.0	—	0.6	CK. K			
7 h. m....	761.0	19.2	15.3	92	0.0	—	0.6	CK. K			
10 h. m....	762.2	20.5	15.9	89	0.0	—	1.0	KN. N		.. fina	
1 h. t....	760.4	22.3	14.7	73	0.0	—	0.7	C. CK. KN			
4 h. t....	760.0	22.3	13.9	69	6.6	S. S. E	0.3	C. K			
7 h. t....	760.9	21.1	14.6	78	3.6	S. E	0.2	C			
10 h. n....	761.9	19.3	15.5	93	4.4	N. E	1.0	KN			
Médios.....	761.03	20.66	15.16	84.0°	1.9	—	0.6	—	—	—	—

Extremos da temperatura: Maximo 4 h. tarde, 22.7; minimo 7 h. manhã, 17.6. — Ozono: 7 h. da noite, 1.
 Evaporação em 24 horas, 2.0.
 Chuva cahida: ás 7 h. da manhã, 0^m/m, 403. Total em 24 horas, 0^m/m, 403.
 Horas de insolação (heliographo) 5 h. 42 m.

Observatorio do Rio de Janeiro — Boletim Meteorologico — Dia 22 de maio de 1901.

HORAS	Barometro a 0°	Temperatura centigrada	Tensão do vapor	Humidade relativa	VENTOS		CÉU		Chuva pelos registradores	Phenomenos diversos	Observador
					Força	Direcção	Fracção	Nuvens			
1 h. m....	761.5	19.4	15.6	92	2.0	N. W.	1.0	KN			
4 h. m....	761.0	18.8	15.7	97	1.0	W.	1.0	N		.. fina	
7 h. m....	761.7	19.7	15.8	92	0.0	—	0.9	KN			
10 h. m....	763.3	22.0	16.5	84	1.0	N	0.8	KN			
1 h. t....	761.7	22.7	16.9	87	1.0	SE	0.8	KN. N.			
4 h. t....	761.0	22.1	16.6	81	8.3	N	1.0	KN.			
7 h. t....	762.1	21.6	15.2	80	5.0	SE	0.8	KN.			
10 h. n....	762.6	20.7	15.2	83	4.3	NE	0.7	C.			
Médios.....	761.82	20.87	15.94	87.0	2.8	—	0.9	—	—	—	—

Extremos da temperatura: Maximo 4 h. tarde 23°.8. minimo 7 h. manhã, 18°.8. Ozono: 7 h. da manhã, 3; 7 h. da noite, 1.
 Evaporação em 24 horas, 1.2.
 Chuva cahida: 7 h. da manhã, 10^m/m, 20; 7 h. da noite, 2.76. Total em 24 horas: 12^m/m, 96.
 Horas de insolação (heliographo) 3 h. ou 3 h. 0 m. 0 s.

RENDAS PUBLICAS

ALFANDEGA DO RIO DE JANEIRO

Renda do dia 1 a 23 do maio de 1901.....	4.102.366\$036
Idem do dia 24.....	
Em papel.....	123 667\$254
Em ouro.....	36 828\$652
	160 495\$906

4.262.861\$942

Em igual período de 1900... 3.732.889\$362

RECEBEDORIA

Receimento do dia 1 a 23 do maio de 1901.....	1.820 550\$118
Idem do dia 24.....	83 393\$855
	1 903.952\$993

Em igual período de 1900... 2.008 029\$971

RECEBEDORIA DO ESTADO DE MINAS GERAES NA CAPITAL FEDERAL

Idem do dia 1 a 24.....	141.214\$090
Em igual período do anno passado.....	245.358\$325

EDITAES E A. S. OS

Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro

Hoje, ás 11 horas, será chamado:

EXAME ORAL

2ª série odontologica

Edgard Ribeiro de Azevedo.

Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 25 de maio de 1901. — O secretario, Dr. E. de Menezes.

Tribunal de Contas

CITAÇÃO DE RESPONSÁVEL

Pelo presente editalé intimado o ex-agente da Corroio do Ribeirão Preto, Estado de S. Paulo, Arthur Neves, para recolher aos cofros publicos, dentro do prazo de 30 dias, contados da publicação deste, a quantia de 36.133\$000, representando do alcance verificado no inventário do susd. e as do período de 13 de maio de 1892 a 5 de janeiro de 1899, a que foi condemnado por accordão de 17 de maio corrente, acrescida dos juros

de 9% pela mora, que deverão ser contados até a vespéra do dia do recolhimento.

Terceira Sub-Directoria do Tribunal de Contas, 21 de maio de 1901. — Servindo de sub-director, Joaquim José Maciel.

CITAÇÃO DE RESPONSÁVEL

Em cumprimento ao despacho do Sr. director interino desta directoria, é citado pelo presente edital e a contar da sua primeira publicação o Sr. Emilio Lamberg, ex-professor do Instituto Nacional de Musica, para, no prazo de 30 dias, não só allegar o que for a bem do seu direito e produzir documentos relativamente ao alcance de 5:365\$713, verificado no processo de tomada de suas contas do período de 15 de abril de 1891 a 9 de junho de 1894, quando encarregado de assistir na Europa á construcção de um orgão destinado áquelle instituto, como constituir procurador na sede deste tribunal ou declarar o domicilio para o effeito de ser nelle notificado das decisões que foram proferidas, sojam estas interlocutorias ou definitivas, sob pena de ser considerado revel: tudo na conformidade dos arts. 195 a 197 do regulamento annexo ao decreto n. 2.222, de 13 de novembro de 1896.

Terceira Sub-Directoria do Tribunal de Contas, 9 de maio de 1901.—Servindo de sub-director, Joaquim José Maciel.

Recebedoria da Capital Federal

Tendo sido demittido, a seu pedido, do lugar de despachante desta repartição o cidadão José Pereira da Silva Felizardo, por esta repartição convidam-se as pessoas que tenham negocios a serem nella solvidos pelo ex-despachante para produzir as respectivas reclamações dentro do prazo de 90 dias.

Recebedoria da Capital Federal, 24 de abril de 1901.—O sub-director, *José Rodrigues Pereira da Cruz*.

Communica-se aos Srs. interessados que venham á Recebedoria do Rio de Janeiro pagar o imposto de industrias e profissões, que se cobra á bocca do cofre, durante o corrente mez.

Recebedoria da Capital Federal, 1 de maio de 1901.—O sub-director, *José Rodrigues Pereira da Cruz*.

Imprensa Nacional

EDITAL DE CONCURRENCIA

De ordem do Sr. Dr. director geral faço publico que, na secção central deste estabelecimento, se recebem propostas até ao dia 30 do corrente, á 1 hora da tarde, para a venda de duas machinas de moer tinta, sendo uma de moeta, puxavante e pedra marmore, do autor Alauzet, e uma outra pequena; e um motor a gaz, systema Otto de força de quatro cavallos, fazendo 200 rotações por minuto, e um guincho.

Estes objectos estarão patentes aos Srs. concurrentes, diariamente, das 10 horas da manhã ás 2 horas da tarde.

Para garantia de suas propostas, depositarão préviamente os Srs. proponentes a quantia de 100\$, na thesouraria desta repartição.

Secção Central da Imprensa Nacional, 15 de maio de 1901.—O chefe, *A. Ribeiro Ferreira*.

Capitania do Porto

De ordem do Sr. capitão de mar e guerra capitão do porto, chamo a attenção dos Srs. proprietarios de embarcações a vapor, para o art. 201 do regulamento que baixou com o decreto n. 3.929, de 20 de fevereiro do corrente anno, que passo a transcrever. As victorias deverão ser requeridas ao capitão do porto pelos proprietarios das embarcações, por si ou prepostos, em qualquer tempo, para o caso da primeira victoria ou inspecção extraordinaria; e fora disso, oito dias antes de esgotado o prazo durante o qual a embarcação tiver sido julgada em estado de poder navegar.

Secretaria da Capitania do Porto.—Rio de Janeiro, 24 de maio de 1901.—*José Airoza*, secretario.

Intendencia Geral da Guerra

O conselho de compras desta repartição recebe propostas, no dia 25 do corrente, até ás 11 horas da manhã, para a compra de 10.000 cobertores de lã encarnada.

Os concurrentes deverão apresentar amostra do artigo referido, observar as disposições relativas a estas concurrencias e bem assim apresentar documento de caução da quantia de 1:000\$ feita na Direcção Geral de Contabilidade da Guerra.

Previne-se que, de accordo com o art. 64 do regulamento desta repartição, as firmas commerciaes deverão apresentar certidão do seu contracto social extrahido do livro de registro da Junta Commercial.

Primeira secção da Intendencia Geral da Guerra, 17 de maio de 1901.—O chefe, tenente-coronel *Manoel Ferreira Neves Junior*.

Intendencia Geral da Guerra

CAL, PEDRAS E ARTIGOS SEMELHANTES, MADEIRAS, LUZES E CARVÃO DE PEDRA

A comissão de compras desta repartição recebe propostas no dia 31 do corrente, até ás 11 horas da manhã, para o fornecimento dos artigos acima mencionados, durante o segundo semestre do corrente anno.

As pessoas que pretenderem contractar esses fornecimentos queiram procurar os respectivos impressos na 1ª secção desta intendencia, onde deverão préviamente apresentar suas habilitações na fórma do regulamento e ordens em vigor, e bem assim o documento da caução de 1:000\$, feita na Direcção Geral de Contabilidade da Guerra.

Previne-se que as propostas devem ser em duplicata, escriptas com tinta preta, sem razuras e assignadas pelos proprios proponentes, que deverão comparecer ou fazerem-se representar na occasião da sessão, devendo na referida proposta fazer a declaração de se sujeitarem á multa de 5 %, caso se recusarem a assignar o respectivo contracto.

Primeira secção da Intendencia Geral da Guerra, 23 de maio de 1901.—O chefe, tenente-coronel *Manoel Ferreira Neves Junior*.

O conselho de compras desta repartição recebe propostas no dia 28 do corrente, até ás 11 horas da manhã, para o fornecimento dos seguintes artigos:

- 7 metros de panno mescla fino.
- 22 ditos de flanela garance fina.
- 40 ditos de flanela azul ferrete fina.
- 33^m.60 de flanela azul ultramar fina.
- 17^m.60 de panno azul ultramar fino.
- 746 metros de brim branco de linho trançado.
- 140 ditos de morim para forro.
- 200 ditos de metim trançado listrado.
- 4.470 ditos de cadaço preto de lã de 0,018.
- 1.000 ditos de algodão para forro.
- 13.500 ditos de algodão morim para camisas.
- 10.600 ditos de algodão encorpado para ceroulas.
- 26.000 ditos de brim escuro trançado.
- 12.40 ditos de brim branco liso.
- 2.800 ditos de baeta azul ferrete.
- 42.000 botões de metal amarello convexos de 20 × 8.
- 48.000 botões de metal amarello convexos de 14 × 8.
- 21.500 botões grandes de osso preto, polidos.
- 48.800 botões de osso, preto, pequenos, polidos.
- 42.500 botões de osso, branco, pequenos, polidos.
- 1.500 metros de cadaço branco de linho de 0,011.
- 7.600 ditos de cordão de algodão garance.
- 1.540 ditos de flanela garance, regular.
- 1.440 ditos de flanela azul ultramar, idem.
- 7.100 ditos de flanela azul ferrete, regular.
- 240 ditos de ganga garance.
- 14.400 ditos de metim trançado, de cores.
- 4.300 ditos de soutache de lã garance.
- 500 ponches de panno, para praças de artilharia e cavallaria.

50 pares de luvas de camurça.

Os botões podem ser incluídos em uma só proposta.

Os concurrentes deverão apresentar amostras dos referidos artigos, observar as disposições relativas a estas concurrencias, e bem assim apresentar o documento da caução de 1:000\$ feita na Direcção Geral de Contabilidade da Guerra.

Previne-se que, de accordo com o art. 64 do regulamento desta repartição, as firmas commerciaes deverão apresentar certidão do respectivo contracto social extrahido do livro de registro da Junta Commercial.

Primeira secção da Intendencia Geral da Guerra, 20 de maio de 1901.—O chefe, tenente-coronel *Manoel Ferreira Neves Junior*.

Laboratorio Chimico Pharmaceutico Militar

CONCURRENCIA

A comissão de compras deste laboratorio receberá propostas para o fornecimento de drogas e mais productos nacionaes precisos até o fim do corrente anno financeiro, constantes da relação que se distribuirá na secretaria do mesmo estabelecimento, e para esse fim se reunirá no dia 3 do proximo mez de junho, ás 11 horas da manhã, na sala da directoria.

As condições para concorrer a esse fornecimento são as mesmas que se acham publicadas no *Diario Official* de 6 a 17 de dezembro do anno proximo findo.

Laboratorio Chimico Pharmaceutico Militar, 24 de maio 1901.—*José Antonio de Azevedo*, escripturario, secretario da comissão.

Arsenal de Guerra da Capital Federal

COSTURAS

De ordem do Sr. coronel director, declaro que na repartição competente deste arsenal distribuem-se costuras segunda-feira, 27 do corrente, das 11 horas da manhã ás 2 da tarde, a todas as senhoras matriculadas restantes da lettra A e que ainda não foram chamadas.

Capital Federal, 23 de maio de 1901.—Tenente *Jorge Cavalcanti de Albuquerque*, encarregado.

Quarto Districto Militar

CONSELHO DE FORNECIMENTO DE VIVERES ÁS PRAÇAS, FORRAGENS E FERRAGENS AOS CAVALLOS E MUARES DOS CORPOS DO EXERCITO DESTA CAPITAL

De ordem do Sr. general commandante do 4º districto e presidente deste conselho, faço publico que, no dia 29 do corrente, ás 11 1/2 horas da manhã, neste quartel-general, se realizará a concurrencia para fornecimento dos generos alimenticios, forragens e ferragens e artigos para asseo e limpeza dos quartois, tudo para os corpos arregimentados em guarnição do Districto Federal, comprehendendo Realengo, Curato de Santa Cruz, Laboratorio do Campinho, Asylo dos Invalidos da Patria e fortalezas, do modo por que se segue:

Viveres

Por kilogramma: arroz nacional, assucar branco de Pernambuco, 1ª, refinado de 1ª, 2ª e 3ª, banha nacional «Alves», bacalhau, batata ingleza, café em grão, typo 7, café moído superior, carne fresca de vacca e de porco, dita secca, chá Hyson, preto e verde e perola, goiabada de Campos ou Pernambuco, manteiga nacional Engelk e Busch ou mineira, massa para sopa, nacional e estrangeira, herba-matte em folha, pão, queijo mineiro e toucinho mineiro.

Por litro: azeite doce de Lisboa, farinha de Magé, aguardente nacional, feijão preto, sal commum, vinagre tinto, vinho virgem.

Por unidade: lenha, acha de metro com tres kilos, cada uma praça, verduras e temperos; sobremsa para cada praça: duas laranjas ou duas bananas.

Forragens

Por kilogramma: alfafa, capim verde, farello e milho nacional.

Asscio

Sabão virgem e commum, kilogramma; pomada para limpar metaes, lata; tijolo de areiar, cada um; vassouras de piassava grandes e pequenas e de palha, systema americano, numeradas, duzia.

Ferragens

Ferraduras para cavallos e com rompão para muar, cento ; cravos numeros 7 e 8, milheiro.

Não se exige a condição de ser negociante matriculado, sendo bastante para concorrer ao fornecimento que o pretendente se habilite perante este Quartel General até o dia 28 do corrente, exhibindo, junto ao requerimento dirigido ao Sr. general presidente, documento de haver pago imposto da respectiva casa ou escriptorio commercial, relativo ao ultimo semestre vencido e que prove a posse de bens, mercadorias, títulos livres de embargados, com valor nunca menor ao fornecimento pretendido.

No acto da apresentação da proposta, provará com a respectiva cautela haver depositado no cofre da Contabilidade Geral da Guerra a quantia de 1:000\$, para garantir a assignatura do contracto. As propostas deverão conter a declaração expressa de cautionar o proponente 5% da importancia provavel dos viveres a fornecer durante o semestre, tomando-se por base a importancia do fornecimento no semestre anterior, e de sujeitar-se a uma multa no valor dessa importancia si deixar de comparecer para assignar o respectivo contracto dentro do prazo da que for notificado pelos annuncios publicados nas folhas.

A proposta em duplicata, sendo uma das vias competentemente sellada, será feita com toda clareza, sem rasura ou emenda não resalvada, e conterá, além dos preços em algarismo e por extenso, a precedencia ou a marca dos generos para conhecimento de sua qualidade, assim como de declaração de que se obriga a fornecer os de accordo com as clausulas do contracto, cujas principaes bases são :

Fornecer pelos preços de suas propostas, durante todo o semestre, não só aos corpos e estabelecimentos militares, como a todos os officiaes, quer arrematados, quer não, ou mesmo em transitio, e aos empregados civis do Ministerio da Guerra, correndo por conta do contractante, carretos e transportes até o recebimento official, dentro dos prazos que lhe forem determinados.

Todos os generos serão de primeira qualidade e de marca preferida.

As demais clausulas podem ser lidas das 10 ás 3 horas do dia pelos pretendentes que desejarem conhecer os compromissos que vão assumir para com a Fazenda Nacional.

Peso e medida dos generos serão liquidos dos envolveros.

Os pagamentos são feitos mensalmente pelos cofres dos conselhos economicos dos corpos, salvo os fornecimentos aos officiaes e empregados civis que serão immediatos.

As propostas serão apresentadas em carta fechada e só serão tomadas em consideração com a presença do seu signatario ou procurador idoneo.

Secretaria do Quartel General do Commando do 4º Districto Militar, na Capital Federal, 20 de maio de 1901.—*Estanislão Vieira Pamplona*, capitão-secretario.

Hospital Central do Exército (Morro do Castello)

CONCURRENCIA PARA O FORNECIMENTO DE GENEROS ALIMENTICIOS E OUTROS ARTIGOS A ESTE HOSPITAL, DURANTE O 2º SEMESTRE DE 1901

De ordem do Sr. tenente-coronel Dr. presidente do conselho economico deste hospital, faço publico que, a 28 do corrente mez, ás 11 horas da manhã, serão recebidas, no Hospital Central do Exército, propostas para o fornecimento, durante o 2º semestre de 1901, dos generos alimenticios de primeira qualidade e outros artigos abaixo especificados, os quaes serão entregues neste

estabelecimento, por conta dos fornecedores, a saber:

Em kilo, peso liquido: arroz do Iguapo, araruta, assucar refinado de primeira qualidade, banha americana (em barril), batata inglesa, biscoutos de araruta, bolachinhas americanas, chá verde da India, dito preto, café em pó, carne de vacca, dita de carneiro, goiabada de Campos, marmelada nacional, manteiga Demagny, Rio Claro e G. Enkel, macarrão nacional, matte em folha, pão de 140 grammas, verduras e temperos, chocolate, peixe fresco, sabão commum, velas de composição, marca «Brazileiras», sal, geleia de marmellos e de musgo, pão de ló torrado, polvilho e sagú.

Em litro: leite de vacca, farinha fina de Maizé e vinagre.

Em garrafa: vinho do Porto (Villar d'Allen) e generoso.

Em unidade: gallinhas, frangos, ovos, bananas do S. Thomé, limões azedos, laranja, em ahas de tres kilos, vassouras de piassava, grandes e pequenos, tijolos de arear e phosphoros marca «Olhos». Lavagem e concerto de roupa, por peça, sem distincão de qualidade.

Póde concorrer qualquer negociante, independente de ser matriculado, cumprindo, porém, que os pretendentes se habilitem até meio-dia de 27 do corrente mez, na forma dos arts. 31 e paragraphos e 34 do regulamento approved por decreto n. 2213, de 9 de janeiro de 1896, e publicado a 21 do mesmo mez o anno, devendo os concorrentes receber até aquillo dia e hora (27), na secretaria deste hospital (morro do Castello), as relações impressas dos generos e artigos necessarios para as propostas, que deverão ser em duplicata, sendo uma sellada e ambas assignadas e apresentadas perante o conselho, em envolvero fechado, no dia e hora acima designados, pelos proprios ou por propostas, devidamente habilitados.

Para garantia da assignatura dos contractos, os concorrentes farão, antecipadamente, uma caução de 5%, calculada sobre a importancia provavel dos generos a fornecer durante o semestre, perdendo taes cações os concorrentes preferidos que não comparecerem para firmar os respectivos contractos.

Os fornecedores ficarão sujeitos, de accordo com os arts. 29 e 34 do regulamento citado, ás multas de 25 ou 50 %, nos casos de infracções estipuladas nas propostas impressas e obrigam-se a fornecer a dinheiro, pelos preços do contracto, aos officiaes e empregados deste estabelecimento.

Na secretaria deste hospital, nos dias uteis, das 8 horas da manhã ás 2 da tarde, dar-se-hão quaesquer informações de que carecerem os pretendentes á concurrencia (vide *Jornal do Commercio*, nos dias 22, 24, 26 e 28.)

Hospital Central do Exército, 20 de maio de 1901.—O secretario, major honorario *José Antonio de Freitas Amaral*.

Corpo de Bombeiros

FORNECIMENTO DE DIVERSOS ARTIGOS

De ordem do Sr. coronel commandante, faço publico que, no dia 25 do corrente mez, ao meio-dia, serão recebidas e abertas, na contaduria deste corpo, propostas para o fornecimento durante o segundo semestre do corrente anno, de diversos artigos para pintura, forragem, ferragens, ferramentas, madeiras e materias, couros e artigos para correios, fardamento, artigos para escriptorio, para luzes e para machinas, ferros, metais, drogas para pharmacia e a lavagem de roupa da enfermaria.

As amostras e impressos acham-se á disposiçao dos Srs. proponentes nesta secretaria, onde se informarão das condições do fornecimento, das 10 da manhã ás 3 da tarde.

As propostas deverão ser apresentadas em duplicata, em carta fechada, sem emendas nem rasuras, estampilhadas e assignadas pelo proponente ou acompanhadas da respectiva proceuração, devidamente legalizada.

Nenhuma proposta será aceita sem que esteja nas condições acima, devendo os seus signatarios depositar na contaduria do corpo a quantia de 100\$, que revertora em favor dos cofres publicos, si o proponente, no caso de ser accoito, deixar de assignar o devido contracto, depois de notificado para esse fim.

Por occasião da assignatura será depositada na mesma contaduria, para garantia da execucao dos respectivos contractos, a importancia equivalente a 10 % do fornecimento provavel de um mez, não devendo, porém, essa importancia ser inferior a 100\$000.

Secretaria do Corpo de Bombeiros, 18 de maio de 1901.—*Alfres Augusto José Ferreira Coelho*, secretario.

PARTE COMMERCIAL

Camara syndical dos Corretores de Fundos Publicos da Capital Federal

CURSO OFFICIAL DE CAMBIO E MOEDA METALLICA

	90 d/e	A' vista
Sobre Londres.....	11 3/4	11 45/64
» Pariz.....	\$811	\$815
» Hamburgo.....	1\$002	1\$006
» Italia.....	—	\$756
» Portugal.....	—	332
» Nova York....	—	4\$224
Soberanos.....	20\$300	
Vales de ouro nacional, por 1\$000.....	2\$333	

CURSO OFFICIAL DE FUNDOS PUBLICOS

Apolices

Apolices de 3 % (inscripções), nom.....	641\$000
Ditas de 3 % (inscripções), port.....	645\$000
Ditas geracs mindas, de 5 %.....	715\$000
Ditas geracs de 1:000\$, 5 %.....	741\$000
Ditas do Empréstimo de 1895, port.....	730\$000
Ditas idem idem de 1895, nom....	737\$000
Ditas idem idem de 1897, nom....	890\$000
Ditas do Empréstimo Municipal de 1896, port.....	117\$000

Bancos

Banco da Republica do Brazil...	52\$000
---------------------------------	---------

Companhias

Comp. Viação Ferrea Sapucahy	9\$000
Dita Sal e Navegação.....	22\$500
Dita Jardim Botânico.....	107\$000

Debentures

Debs. da União Sorocabana e Itana, 1ª serie.....	45\$000
Ditas Carris Urbanos de 200\$000	139\$750
Ditas Jardim Botânico.....	190\$000

Vendas por alvará

1 apolice de 3 % de 1:000\$000 inscripções, nom.....	642\$000
6 ditas de 3 % de 1:000\$000, (inscripções), port.....	646\$000
7 ditas do Empréstimo de 1897, nom.....	883\$000
22 açoes do Banco da Republica do Brazil.....	52\$150

Capital Federal, 24 de maio de 1901.—*José Claudio da Silva*, syndico.

O Banco da Republica do Brazil recebeu hontem dos seus agentes London & County Bkg. Co. Ld. o seguinte telegramma datado de

Londres, 24 de maio de 1901, ás 12 horas e 45 minutos:

	Compradores	Vendedores
Apolices de 1879..	73 %	74 %
Ditas externas de 1888.....	73 %	74 %
Ditas idem de 1889	68 3/4 %	69 1/4 %
Ditas idem de 1895	82 3/4 %	83 1/4 %
Funding Loan....	92 3/4 %	93 1/4 %

SOCIEDADES ANONYMAS

Companhia Sul Paulista de Navegação

ACTA DA ASSEMBLÉA GERAL ORDINARIA REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 1901

Aos 29 do abril de 1901, a 1 hora da tarde, á rua Primeiro de Março n. 73, reunidos accionistas representando 2.535 acções, o Sr. presidente da directoria abre a sessão e convida para presidir a o Sr. Thomaz Whyte, o qual aceitando o encargo convida para secretarios os Srs. J. Monteiro da Luz e J. H. Lowndes, que occupam os respectivos logares.

O Sr. presidente manda procoer á leitura da acta da sessão anterior, celebrada em 28 de abril de 1900, a qual posta em discussão foi approvada por unanimidade.

O Sr. presidente observa que, do conformidade com o annuncio de convocação, esta assemblea tem de tomar conhecimento do relatório da directoria, parecer do conselho fiscal, julgar as contas referentes ao anno social findo em 31 de dezembro de 1900 e bem assim eleger a directoria para o futuro triennio e o conselho fiscal e seus supplentes que devem servir no corrente anno de 1901.

Por deliberação unanime da assemblea foi dispensada a leitura do relatório e respectivo parecer por se acharem publicados. Em seguida pelo Sr. presidente foram declarados em discussão o relatório, contas e respectivo parecer, e como ninguem pedisse a palavra foram postos a votos e unanimente approvados.

Passando-se á eleição da nova directoria, foram aclamados os directores actuaes, mas, apresentando o Sr. Dr. João Joaquim Ramos e Silva bem fundadas razões para dispensa do cargo, foram as mesmas acceitas e procedeu-se á votação, sendo os mais votados os Srs. Henry Robertson com 98 votos e o Sr. Frederico Pinheiro da Silva com 95 votos, sendo, portanto, eleito.

Procedendo-se á eleição do conselho fiscal e seus supplentes, foram eleitos por unanimidade do votos para fiscaes os Srs. William Newlands, Dr. João Joaquim Ramos e Silva e J. H. Lowndes, e para supplentes os Srs. Thomas Whyte, James Newlands e Manoel Ferreira da Silva Paranhos.

E nada mais havendo a tratar o Sr. presidente encerrou a sessão e mandou lavrar a presente acta, que vaee assignada pela mesa e por todos os accionistas presentes.

Thomas Whyte.

José Monteiro da Luz.

J. H. Lowndes.

Por procuração do Visconde de Reynella,

J. H. Lowndes.

J. H. Lowndes & Comp.

H. Robertson.

J. Joaquim Ramos e Silva.

W. Newlands.

Companhia Engenho Central de S. Bento

ACTA DA ASSEMBLÉA GERAL EXTRAORDINARIA EM 25 DE ABRIL DE 1901

Aos 25 dias do mez de abril de 1901, ao meio-dia, reunidos em uma das salas do prédio da rua General Camara n. 64 os accionistas adiante assignados, por si e por seus procuradores, representando a totalidade das acções em que se subdivide o capital da Sociedade Anonyma Companhia Engenho Central de S. Bento, o Sr. Theodoro Duvivier convida o Sr. Otto Simon para presidir a sessão, o que sendo approvado pelos demais Srs. accionistas, occupa S. S. a cadeira da presidencia, e agradecendo a honra convida para secretarios os Srs. Julio C. Pimenta Velloso e Affonso Pimenta Velloso, abrindo a sessão.

O director presidente expõe aos Srs. accionistas o que segue: Diz que, de accordo com as deliberações da assemblea geral de 24 de dezembro de 1898, incumbiu a Companhia Serviços de Portos de mandar vir da Europa os machinismos e apparelhos precisos para a instalação da uma fabrica de alcool de grãos nas propriedades da companhia na ilha do Governador, neste municipio; que emquanto se fabricavam esses apparelhos, tratou de preparar convenientemente a ilha para receber os e ulterior exploração da industria que nella se ia estabelecer, construindo uma extensa ponte de pedra, edificando armazens, etc.; que chegados os apparelhos e o contra-mestre que os devia montar e fazer trabalhar, declarou este, depois de minucioso estudo, que a agua com que se poderia contar era deficiente e de má qualidade para o trabalho delicado em que seria empregada, motivo pelo qual foi resolvida a mudança para a rua de Santo Christo n. 122, onde com effeito se installou a fabrica depois de feitas as obras indispensaveis; que logo no começo da fabricação perdeu-se grande quantidade de materias primas e a correspondente mão de obra até descobrir-se que a razão do insuccesso provinha unicamente da defeituosa preparação do acido fornecido por uma fabrica desta praça; que mal começou o trabalho regular da fabrica, os preços do alcool baixaram vertiginosamente obrigando a abandonar por completo a sua produção por meio do milho; que nestas circumstancias experimentou-se com successo relativo a refinação da aguardente, mas, proseguindo a baixa do alcool, reconheceu-se finalmente que a situação da fabrica a collocava em condições de inferioridade para com os concurrentes; que assim, gasta desde muito a totalidade do capital social e tendo a companhia dividas avultadas, além da hypotheca de 28.000\$ sobre a propriedade da ilha do Governador e uma parte dos apparelhos, como o comprovam os documentos e contas sujeitos á apreciação dos Srs. accionistas, propõe: Que se aceite a proposta da Companhia Serviços de Portos de receber todos os bens sociaes para o effeito de vendel-os, pagar algumas pequenas contas pendentes e ratear o producto entre si e os principaes credores, que já foram consultados e estão de accordo, assumindo a mesma Companhia Serviços de Portos a responsabilidade do pagamento da divida hypothecaria constante da escriptura de 29 de março de 1899, entre Jules Géraud e a Companhia Engenho Central de S. Bento, dando-se aos bens de raiz que nella figuram o valor de 10.000\$ para pagamento do imposto de transmissão e ficando desde já dissolvida e liquidada a Companhia Engenho Central de S. Bento para todos os effeitos legais.

Posta em discussão esta proposta o ninguem pedindo a palavra e sujeita á votação e unanimente acceita.

Em seguida é lido e unanimente approvado o seguinte parecer do conselho fiscal:

Srs. Accionistas—O conselho fiscal, tendo examinado a proposta da directoria, os papeis sobre os quaes é a mesma baseada, é de parecer que deve ser sujeita á deliberação dos Srs. accionistas, visto o estado da companhia não permittir continuar as suas operações.—*Zeferino de Faria Filho.*—*Caetano Garcia.*—*Adolpho Meurer.*

O Sr. accionista Julio Velloso propõe por sua vez que a assemblea outorgue poderes especiaes ao Sr. Otto Simon para assignar a escriptura de transferencia dos bens á Companhia Serviços de Portos nos termos da proposta da directoria.

Igualmente posta em discussão e sujeita á votação esta proposta, é acceita pela maioria dos Srs. accionistas; á vista do que o Sr. presidente declara dissolvida e liquidada para todos os effeitos de direito a Companhia Engenho Central de S. Bento e levanta a sessão.

Declara-se em tempo que a leitura do parecer do conselho fiscal precedeu á discussão e votação da proposta da directoria.—*Otto Simon.*—*Julio C. Pimenta Velloso.*—*Affonso Pimenta Velloso.*—*Jules Géraud.*—*Por procuração de Th. Duvivier Junior, Otto Simon.*—*Por procuração de Henri Durocher, Otto Simon.*—*T. Duvivier.*—*Theodoro Simon.*

Certifico que por despacho da Junta Commercial em sessão de hoje foi archivada nesta repartição, sob n. 2.724, a acta da assemblea geral extraordinaria da Companhia Engenho Central de S. Bento, de 25 de abril ultimo, em que foi resolvida a liquidação amigavel da mesma companhia.

Secretaria da Junta Commercial da Capital Federal, em 14 de maio de 1901.—*Cesar de Oliveira,* secretario.

Sobre duas estampilhas no valor de 5\$500.

ANNUNCIOS

Estrada de Ferro Oeste de Minas

EM LIQUIDAÇÃO FORÇADA

Os syndicos fazem publico que a commissão nomeada pelo Exm. juiz da liquidação, para a verificação provisoria dos creditos, acha-se á disposição dos interessados, no Escritorio Central da Companhia, rua Theophilo Ottoni n. 46, até ao dia 25 do corrente, do meio-dia ás 2 horas da tarde.—Os syndicos, *Carlos Borges Monteiro.*—*J. Carl Heins.*

Cooperativa Militar do Brazil

Não se tendo verificado hoje, por falta de numero, a sessão da assemblea geral ordinaria desta sociedade, convido de novo os Srs. accionistas para se reunirem no dia 25 do corrente, no edificio sito á praça Tiradentes, gentilmente cedido pela digna directoria do Derby Club, affim de tomarem conhecimento das contas do anno findo e procederem á eleição do novo conselho fiscal e seus supplentes.

Outrosim, previno aos Srs. accionistas que, sendo esta a 2ª convocação, a assemblea deliberará com qualquer numero, na forma da lei.

Rio de Janeiro, 15 de maio de 1901.—*O director-presidente, general L. Mendes de Moraes.*

Rio de Janeiro — Imprensa Nacional — 1901